

**EDIFICAÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO E SUA ENVOLVENTE
COM INTERESSE PATRIMONIAL (FICHAS)**

Prof. Arq. Bernardo Ferrão com Dr. José Ferrão Afonso

EDIFICAÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO E SUA ENVOLVENTE COM INTERESSE PATRIMONIAL (FICHAS)

1 - A BIPOLARIZAÇÃO ROMÂNICA DA CIDADE (950 A 1279)

1.1. - IGREJA DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA

A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira foi instituída no séc. XII, no mesmo local onde se erguia o mosteiro fundado c. de 300 anos antes pela condessa Mumadona Dias .

Em 1387, e no cumprimento de um voto feito antes da batalha de Aljubarrota, D. João I remodelou por completo o antigo templo, sendo João Garcia de Toledo, mestre pedreiro castelhano, o autor da traça do novo edifício. A igreja foi benzida no dia 23 de Janeiro de 1401, mas as obras prosseguiram, pelo menos até ao ano de 1413. Com três naves e três tramos, cobertura de madeira, transepto saliente e cabeceira tríptica, obedecia a um esquema usual no gótico português. Mais rara era a existência de uma charola na antiga capela-mor joanina, substituída no séc. XVII pela actual. Excluindo a capela-mor, a igreja de hoje é, no seu essencial, muito semelhante à do séc. XV, com os arcos quebrados das naves assentando em pilares quadrados compósitos e os capitéis das colunas adossadas decorados. No travejamento de madeira do tecto e ocupando todo o espaço da nave e do transepto, numerosas pinturas realizadas entre 1402 e 1420 representam cenas de carácter sagrado e profano: bestiários, motivos heráldicos e da vida quotidiana, temas religiosos, esquemas simbólicos, para além de decoração geométrica, floral e cordiforme.

A fachada da igreja é de três corpos e empena triangular com o corpo central sobreelevado, nela se abrindo o portal ogival com três arquivoltas de arcos quebrados e seis colunelos de capitéis lavrados. Sobre o portal, rasga-se o grande janelão de pedra de Ançã que, primitivamente, emoldurava um vitral com o motivo

iconográfico da Árvore de Jessé. Destruído em 1554, foi substituído por fiadas de cantaria, e tinha no parapeito do lado exterior uma estátua jacente representando Jessé que hoje se encontra no interior do templo. A moldura do janelão tem estatuária variada, da qual sobressaem o arcanjo Gabriel, a Virgem e os quatro Evangelistas.

A torre sineira manuelina, à esquerda da fachada, foi mandada construir em 1515 pelo Dr. Pedro Esteves e a sua mulher Isabel Pinheira, tendo as obras sido concluídas pelo seu filho, o prior D. Diogo Pinheiro, cujas armas se encontram colocadas sobre o janelão decorado e gradeado aberto no piso inferior. Outro janelão semelhante rasga-se na ilharga direita da torre. Esta é de três pisos, coroada com merlões de fantasia e decorada com gárgulas zoomórficas e cordeamentos nos cunhais. No seu interior, e no piso inferior, abre-se uma capela com abóboda nervurada, sob a qual se encontram os túmulos com as estátuas jacentes em pedra de Ançã, que o Prior D. Diogo Pinheiro mandou construir para seus pais.

Entre 1675 e 1682 foi construída a actual capela-mor da igreja. Foi seu encomendador o rei D. Pedro II e nela trabalhou o mestre de pedraria António de Castro, segundo risco da autoria do francês Miguel D'Ecole. Abre com um arco cruzeiro de volta perfeita que assenta directamente sobre duas pilastras caneladas e, das ilhargas, suspendem-se duas grandes telas da autoria de Pedro Alexandrino, representando S. Torcato e S. Dâmaso. O retábulo rocaille do altar-mor foi executado em 1772 por José António da Cunha, e sucedeu a um outro, encomendado em 1665 a António de Andrade, de que fazia parte o conjunto de quadros de carácter patriótico pintados no mesmo ano por Frei Manuel dos Reis e que hoje se encontram no museu Alberto Sampaio. O cadeiral da capela-mor deve-se a Gaspar Reis e data de 1688, tendo os espaldares neoclássicos sido acrescentados no séc. XIX; neoclássicas são também as sacadas que lhes correm por cima, com relevos representando instrumentos musicais.

Depois de uma primeira tentativa gorada, protagonizada pelo Prior Luís Maria de Saldanha e Oliveira em 1774, a que o rei não deu o seu aval, grandes obras foram efectuadas na igreja entre 1830 a 1880. Alexandre Herculano foi delas testemunho e, em 1836, escreveu: «quebraram-se os labores das capelas e cornijas, substituíram-se

com pedras brancas, estas pedras cobriram-se de madeira, esta madeira dourou-se, pintou-se, caiu-se. O templo do mestre de Aviz lá está alindado, lá está coberto de arrebiques.» Os altares neoclássicos que hoje podemos ver nas naves e no transepto são obra dessa época, datáveis do segundo quartel do século. O pintor Augusto Roquemont colaborou na sua feitura e, do lado do Evangelho, são dedicados ao Espírito Santo e S. Nicolau, do lado da Epístola invocam Nossa Senhora da Conceição e Santa Ana. Os quatro altares têm pinturas a óleo executadas por Joaquim Rafael entre 1846 e 1848 e, ainda do lado do Evangelho, precedendo o primeiro altar, abre-se um arco com uma pia baptismal barroca. No transepto, a capela do lado do Evangelho é dedicada ao Senhor Jesus e a sua correspondente do lado da Epístola é da invocação do Santíssimo Sacramento. Nesta capela existe um sacrário de prata indo-português, obra dos ourives vimarenenses Jerónimo Lopes Moreira, Francisco Cardoso de Meneses e Francisco Teixeira iniciada em 1711. Originários das campanhas oitocentistas são ainda o órgão, executado entre 1838 e 1841 por Luís António de Carvalho Guimarães e José António da Cruz e o guarda vento da porta principal. A sacristia é forrada a azulejos do séc. XVII e tem uma capela dedicada a Santa Verónica.

Em 1954 iniciaram-se as intervenções da D.G.E.M.N que se prolongaram até 1983, data em que terminou o restauro do órgão. Essas intervenções incluíram nomeadamente a substituição de cantarias, o apeamento de altares e talha, a destruição de estuques, a demolição da parede de grossura do cunhal sul-poente, das construções adossadas à nave pelos lados norte e sul, da capela seiscentista de S. Nicolau, adossada à colateral norte e que abria para o exterior, ainda o desentaipamento de frestas e o rebaixamento do adro.

O claustro da Colegiada data, no essencial, do séc. XVI, e nele foram provavelmente reutilizadas, conforme informa Craesbeck, colunas provenientes do mosteiro de S. João da Ponte. Tem planta trapezoidal irregular e as suas três naves repousam em arcos de volta perfeita. No claustro e em antigas capelas e dependências anexas encontra-se exposta parte da colecção do Museu Alberto Sampaio. Importantes obras de restauro deram-se aqui, entre 1928 e 1935. Os arcos ultrapassados da entrada da Casa do Capítulo datam do séc. XIII e reflectem um

gosto revivalista, sem dúvida inspirado pelos numerosos vestígios moçárabes existentes na região.

Classificação da igreja: M.N., Dec. 16-06-1910,. D.G. de 23 de Junho de 1910, Z.P., D.G. 94 de 19 de Abril de 1956.

1.2. - CASTELO DE GUIMARÃES

No cume do monte Latito, foi fundado no séc. X pela condessa Mumadona Dias, para defesa do mosteiro de Guimarães e da estrada que junto dele passava, um primeiro castelo que aproveitou os grandes afloramentos graníticos existentes no local. Trabalhos complementares de desaterro e nivelamento ajudaram a consolidar uma posição defensiva já de si muito favorável. Dessa primitiva fortaleza, contudo, nada chegou até aos nossos dias. Os mais antigos vestígios existentes no castelo são já dos finais do séc. XI, contemporâneos dos Condes D.Henrique e D.Teresa. Proto-românicos pelo tipo de aparelho utilizado, com grandes silhares de granito de tamanho irregular, encontram-se ainda, circuitando a muralha e na sua base, no ângulo noroeste, numa maior extensão no lado norte virado ao Campo de S. Mamede onde, no exterior da Porta da Traição, existe uma grande sapata formada por cinco fiadas de blocos de grandes dimensões, e entre a Torre da Porta da Vila e o ângulo sudeste do castelo, sugerindo uma planta arredondada de diâmetro inferior ao actual.

De uma segunda fase, mais tardia, data a definição da planta do castelo na sua característica forma de escudo que, com algumas alterações, vai chegar até hoje. Coeva do reinado de D. Afonso Henriques e já românica, caracteriza-se por um tipo de aparelho mais aperfeiçoado que o da fase anterior, utilizando silhares mais pequenos e dispostos já em fiadas regulares.

Esta fortaleza românica não tinha ainda torres de flanqueamento, nem tão pouco torre de menagem, que são obra dos reinados de D. Afonso III e D. Dinis. Oito torres quadrangulares foram então adossadas ao exterior da primitiva cerca, bem assim

como a torre de menagem, erguida em data posterior a 1258 no centro do pátio interior. Desta terceira fase, gótica, foi também o arranjo feito no ângulo sudoeste da cerca, que aí avançou sobre a muralha da Vila do Castelo construída entre 1265 e 1318. O peso da torre que então se levantou sobre uma porta obrigou a que esta fosse encerrada e entaipada. Para serventia das populações abriu-se posteriormente uma nova porta, na mesma cerca alta, mas do lado oposto da fortaleza.

Nos sécs. XV e XVI construiu-se o Paço do Alcaide, adossado ao interior do pano de muralha voltado a poente. De uma primeira etapa construtiva (séc. XV), que corresponde aos pisos inferiores, restam algumas janelas rectangulares de mainel, bastante semelhantes às do vizinho Paço dos Duques. Do acrescento aos paços, realizado já no séc. XVI, ficaram as duas janelas manuelinas do piso superior e ao lado esquerdo do observador situado no pátio do castelo. Os pisos mais elevados do paço eram destinados a habitação, no terceiro situava-se o salão nobre, para recepções e as refeições do alcaide e, nas suas paredes, são ainda hoje visíveis os vestígios de duas grandes lareiras. Os dois pisos inferiores reservavam-se a zonas de serviço e armazenagem.

Este paço marca uma fase da história do castelo em que a sua função primeira, de praça de armas e fortaleza se tinha esgotado. Depois do seu abandono, ainda no séc. XVI, o castelo entrou numa fase de decadência; em 1664, e por provisão real, a pedra do paço foi concedida aos frades capuchinhos para com ela construirem o seu novo convento, apesar dos protestos da Câmara, nobreza e povo de Guimarães que, já em 1663, em cortes, e por intermédio dos seus procuradores, pediram ao Rei que valesse ao castelo, « o mais sumptuoso do reino ».

Mais tarde, os monarcas portugueses preocuparam-se com a conservação da antiga fortaleza: D. João V, em 1721, ordenou obras de conservação no castelo, posteriormente, em 1802, D. João VI reforçou por alvará essa disposição. Com o Romantismo e a vaga de medievalismo nacionalista a ele associado, o interesse pelo castelo acentuou-se, isto apesar de, em 1836, uma denominada Sociedade Patriótica Vimarense ter solicitado a sua demolição, alegando para tal o facto de ter sido « uma prisão bárbara », no tempo do rei D. Miguel.

A Regeneração que se seguiu ao conturbado segundo quartel do século XIX mostrou os primeiros sinais de uma atitude de preservação consequente em relação à antiga fortaleza: em 1850, uma Comissão de Amigos do Castelo, patrocinada pela Câmara de Guimarães, propôs um primeiro plano de obras, e em 1881, o castelo foi classificado como «o único monumento histórico de 1ª classe de Entre Douro e Minho». Já neste século e a partir de 1936, a D.G.E.M.N. efectuou várias obras de restauro no monumento, cujas paredes eram «o invólucro de uma alma que cumpre amar e respeitar». Numa enumeração não exaustiva, essas obras constaram de trabalhos de consolidação da muralha, restauro da porta principal, substituição de cantarias, demolição de elementos « recentemente construídos », reconstrução do adarve e respectivas escadas, parapeitos e ameias, reconstrução de panos de muralha, etc. A última intervenção foi efectuada em 1971.

O castelo apresenta uma planta em forma de escudo, com oito torres quadrangulares flanqueando a muralha e no centro a torre de menagem, também quadrangular e com cerca de vinte e cinco metros de altura . Todo o conjunto, coroado de merlões triangulares, é de cantaria de granito. Sobre o muro corre, ao longo de quase todo o perímetro, o adarve ou caminho de ronda, apenas interrompido na zona do Paço dos Alcaides. Duas portas, cada uma das quais ladeada por duas torres, dão acesso ao pátio interior do castelo: a Porta da Vila, voltada à cidade, e a da Traição, aberta para o campo de S. Mamede. No interior, escadas de pedra sobem ao adarve ligado à porta de entrada da torre de menagem, aberta a cerca de cinco metros do solo, por um passadiço de madeira. Ainda na torre de menagem e junto às ameias são visíveis cachorros de pedra que primitivamente suportavam estruturas defensivas de madeira, as «hurdes» ou mata-cães.

Classificação: M.N, Dec. 17-08-1908, D.G. 199 de 05 de Setembro de 1908, Dec. 16-06-1910, D.G. 136 de 23 de Junho de 1910, E. P., D. G. 103 de 30 de Abril de 1952 e Z. P. , D. G. 170 de 23 de Julho de 1955.

1.3. - IGREJA DE S. PAIO

Em 1914 foi demolida a antiga Igreja Paroquial de S. Paio, situada no largo do mesmo nome. Já era paroquial em 1216, e sofreu muitas modificações ao longo da sua existência, incluindo a construção de uma nova capela-mor em 1703 que, em 1789, juntamente com o corpo da igreja, foi aumentada, tendo os trabalhos sido concluídos em 1796. Segundo o Padre Ferreira Caldas, a igreja ficou então com o «estilo moderno que se vê hoje» (1881).

A igreja era então toda forrada a azulejos, tinha a capela-mor apainelada e possuía quatro altares, adossado ao arco cruzeiro da parte do Evangelho o de Jesus Cristo Crucificado com Sua Mãe Santíssima, do lado da Epístola o da Senhora da Misericórdia, a que se seguiam, na nave, os restantes: na parede lateral esquerda o das Almas, na lateral direita o de S. Bom Homem.

1.4. - CAPELA DE S. TIAGO

Situava-se na praça do mesmo nome e era de modestas dimensões, com o corpo de planta rectangular antecedido por uma alpendrada, tendo sido demolida em 1887. Esse templo, contudo, já não era o original, românico e do século XII que, em 1607, foi substituído pela capela destruída no séc. XIX. A ermida românica tinha sido construída pelos francos Amberto Gualter e Roberto Tibaldo, num campo que para esse efeito lhes foi concedido pelo Infante D. Henrique, limitado pelos muros da Igreja de Santa Maria, pelo seu adro e pela Rua dos Francos, zona correspondente aproximadamente à actual praça de S. Tiago. Sabe-se também, através de documentação do século XVI, que tinha uma torre sineira sobre a entrada principal, que o corpo da igreja era coberto de madeira, e que as suas dimensões eram maiores que as da capela seiscentista, tendo provavelmente algumas das suas colunas, com vieiras esculpidas nos capitéis, sido reutilizadas na alpendrada Sul da praça da Oliveira

1.5. - IGREJA DE S. MIGUEL DO CASTELO

Construída no segundo quartel do século XIII, a pequena igreja românica foi sagrada em 1239, mas só nas Inquirições de 1258 é referida como paroquial. Situada dentro do perímetro da antiga cerca alta que amuralhava a Vila do Castelo, debaixo do seu alpendre reuniam-se os juízes da Vila que manteve os seus privilégios, jurisdição e magistrados próprios até ao reinado de D. João I. Posteriormente foi junto a elarquitectura da Escola do Exército, das obras de restauro. Com os fundos reunidos pela comissão, os trabalhos decorreram rapidamente e «em nada prejudicaram a arquitectura antiga», inclusive conservando a sacristia existente do lado direito da igreja, que viria a ser destruída em 1928 pelos Monumentos Nacionais, que a consideraram «a maior das deformidades». Para além desta intervenção, a D.G.E.M.N. realizou outras obras no pequeno templo, que incluíram em 1936 o apeamento do campanário existente no frontão e a reconstrução do tímpano e, em 1939, reparações no telhado e portas. Para a D.G.E.M.N., «a sua restauração como a do castelo vizinho era sobretudo um acto de devoção nacional».

A igreja apresenta uma planta rectangular, com uma só nave e a capela-mor separada do corpo por um arco cruzeiro de volta perfeita com um friso decorativo. O frontispício é de empena triangular e nele se abre sob uma fresta seteira um pórtico de tímpano liso e duas arquivoltas, sendo uma lavrada e de meio ponto, a outra levemente quebrada. Na fachada norte abre-se o pórtico lateral com um simples arco de descarga entre dois arcos-sólios, um deles com decoração igual à da arquivolta exterior do pórtico principal. Neles estão sepultados Martim Pais, Chantre da Sé de Coimbra e Joane Anes, Procurador da Vila de Guimarães. Na fachada sul abre-se um pórtico semelhante e de sobriedade igual. Frestas seteiras rasgam-se ainda nas costãs da nave, duas em cada flanco e uma mais na cabeceira orientada a nascente, e cachorrada simples percorre todo o exterior. O interior tem pavimento lageado e numerosas pedras sepulcrais e, à esquerda, encontra-se a suposta pia baptismal de D. Afonso Henriques proveniente da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira.

Dois altares laterais, da invocação de Nossa Senhora da Graça e de Santa Margarida, existiam na igreja ainda no fim do século XIX, como refere o padre Ferreira Caldas. As duas pinturas a óleo hoje expostas no Museu Alberto Sampaio, representando a Virgem do Leite e Santa Margarida, datáveis do primeira metade do século XVI e provenientes de uma oficina vimarenense, devem ser originárias desses retábulos.

Classificação: M.N., Dec. 16-06-1910, D.G. 136 de 23 de Junho de 1910, Z.P., D.G. 103 de 30 de Abril de 1952 e Z.P., D.G. 170 de 23 de Julho de 1955

1.6. - MURALHA DA VILA DO CASTELO

Uma primitiva cerca de muralhas foi construída, entre 1265 e 1318, nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, circuitando a Vila do Castelo. Arrancava dos flancos poente e nascente da fortaleza e tinha apenas duas portas uma, aberta para norte, dando saída para a Póvoa de Lanhoso e a região de Basto, a outra, a sul e flanqueada por uma torre, abrindo-se para o burgo ou Vila Baixa, na zona onde se encontra hoje a estátua de D. Afonso Henriques. O arquitecto Rogério de Azevedo, quando dos trabalhos de restauro efectuados no Paço dos Duques, encontrou vestígios dessa torre ou cubelo, já referida por um documento dos finais do século XVI existente na Misericórdia de Guimarães. Para poente, um pano de muro ligava a torre á zona onde posteriormente foi aberta a Porta da Garrida, e nesse local inflectia para norte, enquanto que, na direcção contrária, se dirigia, seguindo os limites da Vila referidos nas Inquirições de 1278, desde a viela de Paio Bermudes, ou Tuyrgio, até à zona do Sabugal, que mais tarde virá surgir a rua do mesmo nome. Daí, completando um semi-círculo, subia para norte, em direcção ao ponto em que se viria a rasgar a Porta de Freiria, frente à fachada nascente do futuro Paço dos Duques.

Antes de alcançarem a desaparecida porta sul, as ruas da Infesta e do Poço uniam-se, dando origem, depois de a ultrapassar, à rua de Santa Bárbara que, atravessando a Vila Velha, ia desaguar pela porta do mesmo nome na zona a norte do Castelo onde hoje se encontra o Campo de S. Mamede. Foi esta porta primitivamente rasgada a nascente da fortaleza, mas as modificações aí operadas por D. Dinis no século XIV obrigaram à sua deslocação para o lado oposto do castelo, onde hoje ainda se encontra, restaurada pela D.G.E.M.N.

Depois da unificação das duas vilas por D. João I em 1385, este monarca ordenou a destruição do então já inútil pano de muralha transversal que as separava e corria entre as referidas Porta da Garrida, a poente, e Freiria, a nascente. Desta antiga cerca alta resta ainda, para além da Porta de Santa Bárbara, uma boa extensão da zona inferior do pano nascente, prolongando-se até ao Paço dos Duques, e arrancando do

ângulo SE do castelo.

1.7. - CONVENTO DE S. DOMINGOS

Situado na Rua D. João I, teve uma primeira fundação em 1272 e, em 1279, segundo nos informa o Padre Ferreira Caldas, já estava construído. Porém, em 1323 e pelas mesmas razões de segurança que levaram à deslocação do Convento de S. Francisco, D. Dinis ordenou a sua demolição e posterior reconstrução em local «...abaixo deste lugar da primeira fundação dos religiosos de S. Domingos, para o poente 130 passos...».

Com as generosas esmolas de D. Lourenço Vicente, Arcebispo de Braga entre 1371 e 1397, serão iniciadas as obras do novo convento. Posteriormente, já no séc. XV e graças aos legados de benfeitores como o fidalgo João Afonso de Briteiros e D. Maria Berreda, instituidora da capela-mor, o convento medieval será concluído.

A igreja, de estilo gótico designado mendicante, tem planta de cruz latina, cabeceira tripla com capela-mor mais desenvolvida e transepto saliente (era assim a

planta primitiva, e hoje, apesar das muitas alterações sofridas, sobretudo com a construção de uma nova capela-mor no séc. XVIII, a sua disposição geral é a mesma). As três naves, de quatro tramos, assentam em arcos longitudinais apontados e chanfrados que arrancam de pilares cruciformes com colunas adossadas e capitéis de cesto liso. A cobertura é de madeira, o par de arcos formeiros junto do transepto é mais elevado que os restantes e nos topos das naves laterais existem dois arcos diafragma. Tendo sofrido muitas modificações, o sistema de iluminação da igreja é hoje constituído por séries de frestas lancetadas de dois lumes e óculos trifoliados nos espelhos, dispostas ao longo das paredes das naves. Nas testadas do transepto rasgam-se frestas semelhantes, mas de maiores dimensões.

A fachada de três corpos, com o central sobreelevado, tem ao centro uma rosácea já do séc. XIX. Em substituição do primitivo portal gótico que, como o axial voltado a sul, tinha um alpendre de madeira, iniciou-se em 1768 a construção do actual pórtico barroco. Foi seu encomendador Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado, fidalgo da casa real e sargento-mor de cavalaria. A obra concluiu-se em 1770, como demonstra a inscrição aí existente, e foi executada pelos mestres pedreiros António Nogueira e André Branco. Profusamente decorado e já com alguns concheados rocaille, o pórtico tem no remate as armas dominicanas e nas jambas esculturas de vulto representando S. Francisco e S. Domingos. É ladeado por dois botaréis quadrangulares que dividem os corpos da fachada e se elevam até ao nível das naves laterais. Estas e a nave central apresentam, ao nível das cornijas, cachorrada simples. Na fachada sul, o portal axial é também do séc. XVIII.

Da primitiva capela-mor gótica apenas restou o arco-sólio com o túmulo da sua instituidora D. Branca de Vilhena, aberto na parede do lado do Evangelho e hoje oculto pelo cadeiral. A actual capela data de 1740, ano em que foi contratada ao mestre pedreiro galego Tomás Felgueiras. No contrato é expressamente referido que o mestre deveria fazer na capela dois arcos toscos, para aí serem colocados, «a seu tempo», o retábulo-mor e o órgão. Esse retábulo, joanino, e que teve curta vida, foi levantado em 1744. Mais tardio, o órgão foi executado em 1776 pelo entalhador vimarenense José António da Cunha, o mesmo que em 1783 contratou um novo retábulo para o altar-mor. Ainda hoje aí se encontra e é já de gosto neoclássico,

assim como o cadeiral que se dispõe em duas alas paralelas ao longo das paredes do coro. A capela, muito profunda, tem o arco cruzeiro de volta perfeita sobre duas pilastras caneladas, é coberta por abóboda de berço e nas suas ilhargas abrem-se seis janelões, um dos quais encobertos pelo órgão. Simultaneamente aos trabalhos setecentistas da capela-mor foram abertos, ao longo das naves, janelões semelhantes em substituição das antigas frestas medievais.

Das numerosas capelas e altares que primitivamente esta igreja tinha apenas restam as duas capelas colaterais do transepto e, na sacristia, a de Santa Maria Madalena. A capela colateral do lado do Evangelho abre com um arco de volta perfeita e, no interior, tem abóboda de berço com arcos torais moldurados sustentados por mísulas lavradas. É da invocação de S. Pedro Mártir e na parede esquerda abre-se um arco-sólio onde está o túmulo dos seus instituidores, D. Maria de Berredo e o seu marido Rui Vaz Pereira. A colateral do lado da Epístola foi instituída por Pedro Afonso de Cem, fidalgo de que há notícia no século XV. Tem no interior o mesmo tipo de cobertura da sua correspondente do lado do Evangelho e abre com um arco de volta perfeita coroado por um frontão triangular e as armas, já do século XVIII, dos Amarais e Freitas. Da invocação de Nossa Senhora das Neves, o altar tem um retábulo de talha com alguns elementos decorativos rocaille. Nas testeiras do transepto achavam-se dois retábulos, também rocaille, de influência bracarense e de provável autoria de Frei José de Santo António Vilaça. Foram retirados já neste século, quando da reforma levada a cabo pelos Monumentos Nacionais. Na sacristia, que também serve de museu, encontramos a já referida capela de Santa Maria Madalena, instituída em 1698 por Gonçalo Lopes de Carvalho, senhor de Abadim e Negrelos, e a sua mulher D. Jerónima Brandoa da Silva. Ao fundo da capela, um arco triunfal de granito, rematado com volutas e as armas dos Carvalhos, Peixotos e Camões acolhe o retábulo da Santa.

Aberto para o lado norte do templo, o claustro, que foi de planta quadrada, tem as três naves ainda existentes suportadas por arcos quebrados que assentam em colunas duplas e capitéis na sua maior parte de decoração vegetalista. Nalguns casos, contudo, a existência de figurações zoomórficas denota um gosto arcaizante ainda românico. No ângulo sudeste do claustro levanta-se a torre sineira rematada

por pináculos e uma cúpula de bolbo. Em redor desta crasta dispunham-se as várias dependências do convento: a Sala do Capítulo, o refeitório dos monges, o dormitório que em 1617 foi reconstruído por João Lopes de Amorim.

Depois da extinção das ordens religiosas, o convento serviu, logo em 1834, de quartel militar. Em 1851 foi cedido à Câmara e, em 1881, funcionavam aí um tribunal e uma escola primária. Por decreto de 1888, a sua posse foi concedida à recém criada Sociedade Martins Sarmento, para que aí pudesse instalar as suas colecções. Foi então construída uma galeria no claustro, projecto do sócio honorário Inácio Teixeira de Meneses inaugurado em 1895. A igreja, porém, teve destino diferente: cedida em 1851 à Ordem Terceira de S. Domingos, esta fez aí obras concluídas em 1879, ano em que foi reaberta ao culto e que a revestiram de estuques pintados e dourados.

Já neste século, a D. G. E. M. N. retirou os estuques, bem assim como os altares de talha das testadas do transepto já referidos e todos os que se encontravam nas naves laterais. Ainda durante essa intervenção foram destruídos os janelões barrocos do séc. XVIII, substituídos pelas actuais frestas góticas. Também o guarda-vento da porta principal foi retirado e em toda a igreja se efectuaram obras gerais de consolidação.

Classificação: Protecção M.N. Dec. 16-06-1910, D.G. 136 de 23 de Junho de 1910, Z.P., D.G. 195 de 26 de Agosto de 1960, Dec. n.º 4255, D.G. 105 de 08 de Maio de 1959.

1. 8. - CONVENTO DE S. FRANCISCO

Em 1282 foi colocada a primeira pedra do convento pelo Arcebispo de Braga D. Frei Telmo. Logo em 1325, porém, e na sequência das lutas que o opuseram a seu filho D. Afonso, o rei D. Dinis ordenou a demolição do convento e a sua posterior reconstrução em local mais afastado da muralha que entretanto se tinha construído. Razões de segurança estiveram sem dúvida na origem dessa decisão, mas ao

episódio também não devem ter sido estranhos o poder e influência da Colegiada de Guimarães.

Só decorridos 75 anos, em 1400, D. João I, cujo confessor era um frade franciscano, autorizou a construção de um novo cenóbio. Por vicissitudes semelhantes e na mesma época passou o vizinho Convento de S. Domingos.

A igreja de S. Francisco era na sua origem um templo gótico, com três naves, transepto ligeiramente saliente e capela-mor poligonal na cabeceira. No corpo da igreja, a nave central era mais elevada que as laterais, e todas elas decerto se apoiavam em arcarias quebradas sobre colunas e capitéis. No séc. XVIII, contudo, esse esquema foi profundamente alterado, tendo o corpo da igreja sido reduzido à nave única que hoje apresenta. Na fachada, também muito modificada por várias intervenções realizadas nos séculos XVIII, XIX, e XX, dois botaréis, ladeando a rosácea e o portal de arco quebrado e três arquivoltas, a exterior ainda com boleados românicos que assentam sobre seis colunelos e capitéis com decoração vegetalista e zoomórfica, sugerem a primitiva existência de três corpos com o central sobreelevado. Nas testeiras do transepto abrem-se dois grandes janelões de traçaria com arco quebrado, vários lumes e óculos trifoliados nas bandeiras. A capela-mor poligonal é sustentada exteriormente por fortes botaréis quadrangulares, entre os quais se abrem janelões de traçaria, maiores e mais decorados os junto ao transepto. Os dois ábsidiolos colaterais, pela sua implantação, obstruindo o primeiro par de janelões da capela-mor, e pela sua técnica construtiva, datam de uma época posterior, sendo o do lado do Evangelho já do século XVI.

No interior, a capela-mor é de abóboda de nervuras que arrancam de mísulas com a forma de colunelos situadas a meia altura das paredes. Segundo o memorialista do séc XVII Torcato Peixoto de Azevedo, é «uma das mais belas do reino». No fecho da abóboda estão as armas da fundadora D. Constança de Noronha, segunda mulher do primeiro Duque de Bragança, que aí se encontra sepultada, em campa rasa, junto ao altar (o túmulo original, com estátua jacente, encontra-se no Museu Alberto Sampaio). A capela colateral do lado do Evangelho, com um arco de volta perfeita e abóboda estrelada, mostra as armas dos Almadas, enquanto que a sua correspondente do lado da Epístola tem um arco quebrado e abóboda de nervuras.

Do séc. XV, para além da cabeceira, do transepto e do pórtico atrás descritos, são ainda o portal e as duas janelas góticas de traçaria da antiga Casa do Capítulo, no lado nascente do claustro quinhentista. Aí foi instituída no século XVI por João Dias de Carvalho uma capela com vários frescos, entre os quais um representando o «Baptismo de Cristo»; deles restou a «Degolação de S. João Baptista», obra datável do segundo ou terceiro decénio do século XVI e que hoje se encontra exposta no museu Alberto Sampaio, para onde foi removida em 1940. Outras dependências do convento mostravam pintura a fresco, mas, para além da «Degolação», apenas sobreviveu uma outra, representando «Os Santos Franciscanos», que se pode hoje observar na igreja, no absidiolo do lado do Evangelho junto à capela-mor. Foi descoberto durante a intervenção da D.G.E.M.N., no fim dos anos sessenta, por trás do altar-mor e do seu lado esquerdo, assente no interior da fresta que aí se encontrava. O fresco é datável do início do século XVI, o que leva a pensar que por essa época outras frestas da capela-mor tenham sido tapadas e nelas assente pintura. Removido em 1970, foi restaurado e restituído à igreja e ao local em que actualmente se encontra em 1977.

O claustro do convento foi construído em 1591 por Gonçalo Lopes. Maneirista, é arquivado, com dois andares de ordem pseudo-toscana, onze colunas em cada lanço e, ao centro, ergue-se um chafariz do séc. XVIII. No seu lado poente ordenou em 1619 o cavaleiro fidalgo Pedro Vieira da Maia a construção da capela de S. Pedro e S. Paulo: foi seu executor o pedreiro Barnabé Francisco, mas os trabalhos foram supervisionados por João Lopes de Amorim. Os dois altares maneiristas de granito que se encontram no interior da igreja e nas testeiras do transepto devem datar também do primeiro quartel do século XVII.

Em 1746 José da Silva Matos contratou a obra do corpo da igreja, «de sorte que fique uma só nave e não três». As naves medievais e as suas colunas foram destruídas, os três arcos góticos do cruzeiro apeados e substituídos pelo actual de volta perfeita. Os trabalhos prolongaram-se até 1749 e incluíram ainda a abertura de frestas, a construção em granito dos altares laterais da nave e da galeria de balaústres que sobre eles corre. O retábulo joanino que hoje podemos ver na capela-mor foi desenhado e entalhado por Miguel Francisco da Silva e executado por

Manuel da Costa Andrade entre 1743 e 1744. Mais dois retábulos joaninos existem na igreja: o de Nossa Senhora da Conceição e o de S. Francisco de Assis, este já com alguns elementos rocaille. Mais tardios e já plenamente rocaille são os dois retábulos colaterais e o da capela de Santo António, assim como as sanefas de talha dourada do transepto e da nave. Os grandes painéis de azulejo que forram as ilhargas da capela-mor e o cruzeiro são datáveis também dos anos quarenta do século XVIII e representam os milagres de Santo António.

Este conjunto de obras setecentista obedece a um programa articulado entre arquitectura, talha e azulejaria, que transformou o antigo e sóbrio espaço mendicante numa igreja-auditório barroca, ampla, de nave única bem iluminada e grande ostentação decorativa, e a essa empreitada não deve ser estranha a presença por esses anos em Guimarães do Arcebispo de Braga D. José de Bragança.

Na ante-sacristia encontra-se um retábulo da invocação dos Mártires de Marrocos, atribuível a Pedro Coelho, já de transição entre o maneirismo e o chamado «estilo nacional» (séc. XVII). No interior da sacristia, coberta com tecto em madeira de caixotões pintados, um grande arcaz do séc. XVIII tem no espaldar pinturas figurativas do início desse século e, nas predelas, quadros mais pequenos representando paisagens. Ainda na sacristia, duas pinturas dos finais do século XVIII da autoria de João Glatama Stroble representam a Sagrada Família e Nossa Senhora do Leite.

No século XIX, em 1843, novas obras se efectuaram na igreja. O tecto setecentista, apainelado e de molduras foi destruído e substituído pelo actual, neoclássico, com pintura decorativa sobre madeira. Nesse mesmo ano abriu-se uma clarabóia entre o arco cruzeiro e a capela-mor. A fresta neo-gótica geminada e o friso também neo-gótico correndo sob ela, que fotografias antigas nos mostram terem existido no frontispício, datavam também do século XIX. Clarabóia, fresta e friso foram retirados pela D.G.E.M.N. Oitocentistas são ainda as imagens de S. Francisco de Assis, no altar lateral da mesma invocação e da autoria do italiano Berardi e, no transepto, a da Senhora das Dores, no altar do Descimento da Cruz, esculpida por Soares dos Reis.

Depois da extinção das ordens religiosas, a igreja foi cedida à Ordem Terceira de S. Francisco em 1835. O convento iria servir durante o século XIX de quartel, tribunal e hospital militar até que, em 1875 foi também cedido à Ordem Terceira.

Em 1947 deu-se na igreja a primeira de uma série de intervenções de restauro realizadas pela D.G.E.M.N. e que se prolongaram até 1984. As obras mais importantes então realizadas foram, entre outras: logo em 1947 a consolidação dos contrafortes e substituição de cantarias danificadas; em 1964 a reparação dos telhados; em 1965 a substituição da cobertura da capela-mor; em 1967 desentaipamento e novamente substituição de cantarias danificadas e assentamento de vitrais; em 1970 o desmonte do fresco da capela-mor e desentaipamento de frestas; finalmente, em 1984, trabalhos de conservação da torre. As frestas rectangulares de iluminação das naves hoje existentes também foram rasgadas pelos Monumentos Nacionais, que depois de, durante os trabalhos de restauro, terem encontrado vestígios das aberturas góticas primitivas, as preteriram às actuais, por então se achar que estavam mais de acordo com as transformações verificadas no templo no século XVIII.

Classificação: I.I.P., Dec. nº 39157, D.G. 77 de 17 de Abril de 1953, e Dec. nº 735/74 D. G. 297 de 21 de Dezembro de 1974

Degolação de S. João Baptista: I.I.P. Dec. nº 30762, D.G. 225 de 26 de Setembro de 1940

1.9. - CAPELA DO ANJO DA GUARDA E S. CRISPIM

Erigida com o albergue que lhe fica junto em 1315 na antiga rua Sapateira, hoje Rua da Rainha, foram seus fundadores e instituidores da Confraria e Irmandade dos Mestres Sapateiros, João Baptista e Pedro Baião que, simultaneamente, lhe vincularam um pelame sito no rio de Couros. Cerca de quinhentos anos depois, a capela foi, em 1849, reformada, tendo a actual fachada sido erguida em 1852. Esta é de um gosto arcaizante, ainda de ressaibros rócócó, com uma grande festonada

sobre o portal, encimada por um janelão coroado por uma vieira e rematada por um alongado frontão curvo com urnas nos flancos. Nos dois corpos laterais, entre pilastras, abrem-se duas janelas molduradas com borlas pendentes dos alisares. No interior, junto ao arco cruzeiro, erguem-se dois retábulos de ângulo do século XIX e, na capela-mor com cobertura de madeira em que se abre uma clarabóia, o retábulo-mor é também oitocentista.

Nas traseiras da capela situa-se o edifício da antiga Albergaria de S. Crispim, com o piso térreo de alvenaria de granito e o superior, como era uso, de taipa.

2. - A UNIFICAÇÃO GÓTICA DA CIDADE (1279 - 1498)

2.1. - A MURALHA DA CIDADE

No reinado de D. Dinis iniciou-se a construção da muralha da Vila Baixa, ou Burgo, que entroncava na já existente e, nos pontos de encontro das duas situavam-se as Portas da Garrida, a poente, e da Freiria, a nascente. Em 1322 a cerca estava já concluída, como o demonstra o episódio passado nesse mesmo ano quando do cerco posto à vila pelo Infante D. Afonso. Os sitiantes escalaram os telhados do convento de S. Domingos, então situado junto ao muro, e daí arremeteram a povoação. Se a cerca não estivesse ainda pronta, era natural que tivessem optado por um qualquer outro local, onde a sua ausência tornasse a entrada na povoação mais fácil. Foi este episódio bélico, passado durante a guerra civil que opôs o Infante a seu pai D. Dinis, o primeiro a que as recém-construídas muralhas assistiram. Ainda no século XIV, Guimarães sofreu mais dois assédios, o primeiro em 1369, durante o reinado de D. Fernando, montado pelo rei castelhano Henrique II, o segundo e último da sua história militar, em 1385, por D. João I que, depois de conquistada a vila, melhorou o seu sistema defensivo, construindo as torres e ameias até então inexistentes.

Com o desenvolvimento das armas de fogo, sobretudo a artilharia, as muralhas tornaram-se irrelevantes como escudo defensivo e, já no século XVI, as suas ameias foram utilizadas como balcão pelos assistentes aos numerosos espectáculos que a partir de então se vão realizar na praça do Toural: festas religiosas, touradas, representações teatrais e, mais tarde, já no século XVII, execuções, instaladas que foram aí a polé e a forca. Existia mesmo, na base da muralha, um patim de pedra com degraus para maior comodidade dos espectadores.

Durante o século XVII, diferentes vereações, através de várias posturas, preocuparam-se com a conservação da muralha, mas a pressão urbana sobre ela era já então grande e viria a acentuar-se no século seguinte. Particulares apropriaram-se de torres e ameias para aí edificarem terraços e mirantes para as suas habitações, já então adossadas às duas faces do muro, desaparecida que foi a zona de segurança onde não era permitida a construção. Essa zona tinha existido durante a Idade Média, no exterior da muralha, para impedir a escalada dos assaltantes e deixar livres zonas de tiro e, no interior, para permitir um rápido e fácil acesso dos defensores e dos seus carros com materiais bélicos ao adarve.

No século XVIII, em 1793, uma provisão real reconheceu oficialmente a inutilidade das muralhas, que «...já não conservavam toda a solidez com que se edificaram de que lhes tem resultado alguma ruína e por isso no estado actual das cousas não podem resistir ao menor ataque...», iniciando-se então a sua demolição na zona do Toural, entre a Porta de S. Domingos e o Postigo de S. Paio, para aí ser edificada por particulares a nova frente «pombalina». Já antes disso, porém, e em 1788, o Cabido da Colegiada tinha obtido licença para a demolição da Torre da Senhora da Guia, com cuja pedra foi construída a capela do mesmo nome, e em 1789, a capela-mor da Igreja dos Santos Passos utilizara pedra proveniente do pano de muralha existente nos Palheiros e da Torre da Freiria.

A destruição das muralhas e torres vai prosseguir pelo século XIX, até 1870, data do derrube da Torre de S. Bento, e a pedra resultante das demolições foi utilizada em obras públicas, calçamento de ruas e construção de archedutos e fontes, mas também vendida a particulares e, por exemplo, empregue na já referida capela-mor da Igreja dos Santos Passos e em obras na Colegiada

Hoje são apenas visíveis alguns trechos da antiga muralha, na Torre da Alfândega ou, em maior extensão, no pano que margina a Av^a Dr. Alberto Sampaio, entre a Senhora da Guia e a rua Nuno Álvares Pereira. O cotovelo aí formado pela cerca e a porta nela aberta foram construídos em 1925, quando da abertura da referida rua. Também já neste século, e em 1943, foi ao longo da actual avenida General Humberto Delgado destruído um troço de mais de 150 metros de extensão.

A muralha, de forma aproximadamente oval, e incluindo o pré-existente troço da cerca velha, tinha sete portas, arrancando do lado poente do castelo onde hoje ainda existe um pano, restaurado pelos Monumentos Nacionais, em que se abre a Porta de Santa Bárbara. Descia depois até à Porta da Garrida ou de Santo António, junto à qual se encontrava a torre do mesmo nome. Abaixo desta abria-se a Porta de Santa Luzia ou da Senhora da Graça com a Torre de S. Bento e, depois de uma inflexão para nascente, a porta principal, chamada da Vila ou de S. Domingos, ladeada pela Torre da Senhora da Piedade. No outro extremo do Tournal, o Postigo de S. Paio, também chamado Porta Nova, dava acesso ao largo do mesmo nome, e junto dela ergue-se ainda hoje a Torre da Alfândega. Depois desta, a muralha subia para norte até ser interrompida pela Porta da Torre Velha, no local onde hoje existem as Escadinhas. Um pouco afastada, levantava-se a torre do mesmo nome, provavelmente e como a sua denominação sugere, já existente antes da construção da cerca. Onde hoje está a Capela da Senhora da Guia existia a torre assim designada, que protegia a Porta do Postigo e, continuando em direcção ao castelo, a isolada Torre dos Cães, na zona onde em 1925 se abriu uma porta. Completando a oval, a muralha entroncava, depois de ultrapassada a Porta da Freiria e Torre de Santa Cruz, na antiga cerca alta, que se unia ao ângulo sudoeste do castelo no ponto onde ainda hoje permanece o seu arranque.

Em 1966, a D.G.E.M.N retirou uma cabine de alta tensão adossada à muralha junto da Capela da Senhora da Guia e, em 1981, várias obras de beneficiação foram realizadas; em 1986, foi valorizado, com projecto do arquitecto António Gradim, um troço de muralha descoberto no interior de uma casa com frentes para o largo Condessa do Juncal e a Alameda da Resistência.

Classificação: Protecção. M.N., Dec. 16-06-1910, D.G. 136 de 23 de Junho de 1910, Z.P., D.G. 203 de 30 de Agosto de 1958

2.2. - CAPELAS DE S. LÁZARO E SANTA LUZIA

Na Idade Média existiam já, no mesmo local, uma Capela de S. Lázaro e uma gafaria, que como era uso se encontravam situadas junto de uma das mais movimentadas vias de acesso à povoação, para que os leprosos mais facilmente pudessem esmolar.

A capela actual, como se pode ver pela inscrição existente na padieira da porta, foi construída, em 1600, substituindo uma anterior e, por essa época, a gafaria ainda existia no seu rossio. O templo é de grande simplicidade, de alvenaria de granito, disposto transversalmente em relação à rua D. João I que lhe corre em frente, e o portal tem moldura de beirão com um pequeno beiral à guisa de frontão. Sobre a cornija da fachada e ao lado direito, ergue-se a sineira com dois sinos e empena triangular, e a iluminação do interior faz-se através de duas pequenas aberturas rectangulares

No interior, de grande sobriedade, encontra-se um retábulo do século XIX, que substitui um primitivo, maneirista, executado em 1607-1608 por Jerónimo Fernandes e nele se podem ver imagens da Senhora da Ajuda e de Santa Marta.

Situada na actual rua da Agra, a actual Capela de Santa Luzia, provavelmente remodelada no final do séc. XVI, erguia-se junto de uma gafaria para mulheres com a mesma designação, existente já desde a Idade Média, e que como a sua correspondente masculina de S. Lázaro, se fundou numa das mais movimentadas vias de acesso à Vila, neste caso a antiga estrada para Braga.

De planta quadrangular, a capela é precedida por um alpendre de madeira assente em colunas de granito. Sobre a fachada ergue-se a sineira com a data de 1600, e debaixo do alpendre abre-se o portal, de arco apontado e molduras torçadas, concerteza de uma data bastante anterior à inscrita na sineira.

No interior e ao fundo, ergue-se o retábulo maneirista da segunda metade do século XVI, que mostrava três pinturas sobre madeira hoje expostas no Museu Alberto Sampaio. São de autor desconhecido e de diferentes épocas, sendo as duas que estavam colocadas nos flancos do retábulo de meados do século XVI, a da esquerda representando Santa Apolónia e a da direita Santa Catarina; a central, figurando São Bartolomeu, é já proto-barroca e do início do século XVII.

2.3. - PAÇOS MUNICIPAIS

Localizados no Largo de Nossa Senhora da Oliveira, são sobretudo obra dos séculos XVI e XVII, ocupando o mesmo local de uns primitivos paços, mais pequenos, edificados no final do século XIV, durante o reinado de D. João I.

O edifício era, já no século XVI, «o pior do reino e muito desbaratado», como sobre ele opinaram em 1516 os juízes, homens-bons e oficiais da vila, quando pediram ao rei que autorizasse a construção de um novo. O pedido foi deferido e os trabalhos devem-se ter iniciado pouco depois. Pela descrição do Tombo de 1612, podemos ver que os paços então existentes, divididos entre Casa da Câmara a ocidente e Paço do Concelho, onde se faziam as audiências, a oriente, eram já muito semelhantes aos actuais. Porém, em 1628, ameaçavam ruína, e teve o encargo das obras então realizadas o mestre pedreiro João Lopes de Amorim. Contudo, decorridos cerca de cinquenta anos, em 1672, as vereações tiveram que se mudar para umas casas junto da Torre da Vila e, em 1674, para a Misericórdia. Os paços estavam novamente em mau estado, e importantes obras, que incluíram um acrescento para o lado da praça de S. Tiago foram iniciadas nesse ano. Comportaram trabalhos de carpintaria, a cargo de Gualter Dias, e de pedraria, arrematadas primeiro a Gonçalo Vaz Sampaio e, por seu falecimento, prosseguidas em 1680 por João Ribeiro.

No contrato deste é expressamente referido que faria a parede costã da casa das audiências (zona mais oriental dos paços) voltada para a então Praça do Peixe, hoje

S. Tiago, com os seus dois arcos. Estes seriam «como os outros novos» reutilizando se possível aduelas de arcos antigos, e tendo ainda «um pé no meio, com sua mesa», o que corresponde a uma descrição exacta dos pilares ainda hoje existentes. As obras ficaram concluídas em 1695, quando se caiu e rebocou a Casa da Câmara.

No século XVIII o edifício sofreu mais algumas alterações; as janelas foram refeitas e, sobre elas, colocados os escudos e as esferas armilares que se encontravam por baixo das ameias.

Em 1877, o relógio de sol e a sineira foram retirados, a estátua de Guimarães proveniente do antigo edifício da Alfândega colocada, e as esferas armilares e brasões mudam de novo a sua posição, indo ocupar os seus lugares actuais. Ainda em Oitocentos, foi nos paços criado um primeiro cartório para recolha de documentos, e no último quartel do século a sala das sessões restaurada. Em 1934, quando da criação do Arquivo Municipal que aí se instalou, a Câmara abandonou o edifício, que foi depois sede da Biblioteca Gulbenkian.

O imóvel é de planta rectangular, com o piso inferior aberto permitindo a comunicação entre as praças da Oliveira e de S. Tiago. Esse espaço aberto, ou alpendre, é delimitado por arcos quebrados que sustentam o piso superior, dois com o pé directamente assente no solo, todos os outros assentes em pilares quadrangulares de cantaria. Debaixo do alpendre encontra-se também a porta de entrada, que abre para a caixa de pedra das escadas conduzindo ao andar nobre. Este tem na fachada principal cinco janelas de sacada, coroadas por frontões triangulares interrompidos por esferas armilares e escudos. A cornija é encimada por merlões chanfrados que acompanham toda a fachada e, dos cunhais, salientam-se gárgulas de granito para escoamento das águas pluviais. Ao centro, ergue-se a escultura supostamente representando Guimarães, proveniente da antiga Alfândega. No interior do edifício e no andar nobre, abrem-se duas salas, uma das quais com o tecto de madeira polícromo.

Classificação: M.N. Dec. de 16-06-1910. Z.E.P., D.G. 2ª série nº 94 de 19-04-1956.

2.4. - PADRÃO DO SALADO

O padrão gótico erigido na praça da Senhora da Oliveira, importante marco na vida social, política e religiosa de Guimarães desde a Idade Média, foi construído para comemorar a vitória obtida por D. Afonso IV na batalha do Salado em 1340. Tem no exterior um templete de granito, com quatro arcos de arquivoltas apontados sustentando uma abóboda de cruzaria de ogivas. Os arcos assentam em quatro pedestais com colunas e capitéis lavrados e moldurados, e são rematados por gabletes triangulares com o escudo real. Nas arquivoltas, os arcos têm decoração boleada e, nos capitéis, vegetalismos e figurações variadas. O cruzeiro no interior, que já foi dourado e policromado, é de calcáreo, tendo sido oferecido em 1382 pelo negociante vimarenense residente em Lisboa Pero Esteves. A cruz tem Cristo Crucificado e a Virgem nas suas duas faces e na base as imagens de S. Vicente, o apóstolo S. Filipe, S. Torcato e o Anjo da Guarda. Outras quatro figuras, hoje desaparecidas, existiam no fuste facetado, sendo possível ainda ver os seus engastes. Também desaparecida foi a placa de bronze na base do cruzeiro com as armas reais em baixo-relevo, em que existia uma inscrição, com a data de 1380 e o nome do ofertante.

Classificação: M.N. Dec. nº 37366, D.G. 70 de 05 de Abril de 1949, Z.P., D.G. 94 de 19 de Abril de 56.

2.5. - PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA

«Palácio na magestade sem segundo, e o primeiro na arquitectura, feito em quadra, com tão insigne arquitectura que deixa suspenso o discurso e a vista

embaraçada na repartição da sua fábrica...». Assim nos descreve, em 1692, Torcato Peixoto de Azevedo o Paço dos Duques de Bragança.

Mandado construir c. de 1420-1422 pelo primeiro duque D. Afonso, filho bastardo de D. João I, é apontado geralmente o nome de um mestre Antom como sendo o autor da sua traça, mas desse facto não existe nenhuma prova documental.. Príncipe culto, colecionista e viajado, é provável que D. Afonso, quando fixou residência em Guimarães, tenha mandado edificar para sua habitação um grande palácio, seguindo de perto modelos que concerteza conheceu nas suas deslocações ao estrangeiro e a que era completamente alheia a tradição construtiva das habitações portuguesas de tipo senhorial. A origem desses modelos importados foi, porém, assunto de acesa discussão. Para, entre outros, Rogério de Azevedo e Pais da Silva, as influências do paço deviam ser procuradas em Itália, enquanto que, patrioticamente, Alfredo Guimarães sublinhava o «carácter normando e português » dos seus elementos góticos. É hoje ponto assente, contudo, que essas influências são de origem francesa, mais precisamente ligadas ao palácio dos reis de Maiorca, edificado em Perpignan entre 1262 e 1330, exemplar significativo do novo tipo de construções palatinas que a alta nobreza francesa edificou em finais da Idade Média, substituindo os então já obsoletos castelos-fortaleza feudais. Na base desta mudança está o progressivo desenvolvimento das armas de fogo, bem assim como o aparecimento de um novo tipo de gosto que priverigiava, em detrimento das suas capacidades defensivas, as condições de conforto e comodidade das habitações.

Este novo espírito tardo-medieval é bem patente no paço português, símbolo sumptuoso do poderio e riqueza da recém-criada Casa de Bragança, e as suas afinidades com o palácio francês são grandes. Essas afinidades, porém, eram bem mais notórias antes dos grandes trabalhos de restauro aí realizados nos anos trinta e quarenta deste século pela D.G.E.M.N., sob a direcção do arquitecto Rogério de Azevedo. Como é visível em fotografias anteriores ao restauro, a volumetria e a organização dos diferentes corpos em volta de uma quadra central eram muito similares nos edifícios português e francês, bem assim como a sua compartimentação interior, com as zonas residenciais e as salas de aparato repartidas, de forma igual, pelas duas alas do primeiro piso, ou ainda a localização

da capela, que em ambos os casos abre para o pátio central, no eixo do portão de entrada e no lado oposto a esta. Porém, a invenção no paço português de um torreão no ângulo norte da fachada principal, e a sobrelevação desta até ao nível das restantes criou um princípio de simetria que não existe em Perpignan. Fiel à sua ideia de ascendência italiana, Rogério de Azevedo criou um edifício regular e já de espírito renascentista. Outra disparidade ocorre no claustro que, no caso do palácio francês, é de apenas três naves, deixando livre, segundo era costume em construções congêneres além-Pirinéus, a parede da fachada principal voltada para o pátio. Em Guimarães, porém, o claustro totalmente reconstruído apresenta a forma de um quadrilátero perfeito, forma essa que, conforme indicam as «Memórias Paroquiais» de 1758, parece ter sido a da sua planta original: «tinha no meio um claustro de quatro naves, feito de arcarias com varandas por cima...».

Os trabalhos de construção do paço prolongaram-se por várias décadas, como demonstra a existência de dois tipos de aparelho diferentes: um na base do edifício, mais antigo e pseudo-isódomo, corresponde ao arranque das obras, outro, na parte superior, já posterior, é de blocos de esquadria regulares. Os merlões chanfrados de remate, reconstituídos por Rogério de Azevedo a partir de um único, por ele encontrado durante o restauro, indiciam também uma época avançada, próxima já do séc. XVI.

Segundo o que Gaspar Estaço, falecido em 1574 e Cónego da Colegiada de Guimarães entre 1530 e 1540 nos deixou escrito, o paço achava-se já por esse tempo em ruínas. O último duque que nele residiu foi D. Fernando II, mandado executar pelo rei D. João II em 1583, e os seus descendentes nunca mais aí habitaram, tendo, já no séc. XVI, construído um novo palácio em Vila Viçosa. É pois provável que o paço, abandonado pelos seus senhores, nunca tenha sido concluído, em especial no que respeita ao seu corpo norte, voltado para o castelo, isto apesar das numerosas deprações que ao longo dos séculos aí se foram praticando, e que muito devem ter alterado o seu aspecto original.

O edifício serviu de celeiro para o armazenamento das rendas das rainhas de Portugal, e no séc. XVIII o Arcebispo D. José de Bragança, quando fixou residência em Guimarães pensou em aí instalar o seu Paço Episcopal. A partir de 1807

funcionou como quartel militar e, em 1882, foi classificado como Monumento Histórico de 2ª classe pela Real Associação de Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses. Já neste século, e depois da sua desafecção pelo exército, foi discutida a possibilidade de aí serem instalados os serviços da Câmara Municipal de Guimarães. Tal não aconteceu e, em 1937, deu-se início à intervenção da D.G.E.M.N. As principais obras realizadas foram: logo nesse ano a reconstrução de paredes, em 1939 a reconstrução da arcaria e claustro, em 1940 reconstrução e armação de telhados, em 1943 o assentamento de ameias e a colocação de tectos e pavimentos nas alas sul e nascente, em 1944 a reconstrução da capela e, finalmente de 1949 a 1960, a reconstrução geral dos interiores e exteriores. Terminados os trabalhos, o paço passou a servir como Museu e residência oficial do Presidente da República.

É um edifício de planta quadrangular, com quatro corpos organizados em torno de uma quadra central e quatro torreões nos ângulos. Na fachada principal, virada a poente, abre-se um pequeno portal de arco quebrado que dá acesso ao pátio central. A iluminação interior do edifício faz-se através de janelas rectangulares, maineladas e cruzetadas, com a aresta chanfrada. Na fachada posterior voltada a nascente, a capela é iluminada por dois grandes janelões góticos, de arco quebrado, três lumes e decoração flamejante, que se abrem a meia altura do corpo saliente central. Nas torres de ângulo desta fachada, e ao nível das cornijas, suspendem-se varandas de tipo lombardo. Todo o paço é coroado por merlões chanfrados com a flor de liz em baixo-relevo e coberto por telhado de tesoura, muito inclinado, onde se erguem altas chaminés cilíndricas de tijolo.

Na quadra central está o claustro de quatro naves e dois pisos, com o piso inferior essentando em arcadas quebradas e o superior coberto por um alpendre de madeira sustentado por colunas cilíndricas de pedra com capitéis. Ainda neste piso, na ala nascente do claustro e no eixo da porta principal, um grande alpendre triangular abriga o pórtico ogival da capela de arco quebrado com arquivoltas assentando sobre oito colonelos e capitéis de decoração vegetalista.

No interior do paço, o piso térreo destinava-se a zonas de serviço e armazenamento, e no piso intermédio ou andar nobre, abrem-se os grandes salões

para recepção e a zona residencial dos senhores. Nas duas alas laterais, esta disposição é quase simétrica, e respeita a tradição dos paços reais portugueses, que reservava a ala esquerda para o rei e a direita para a rainha. Numerosas lareiras encontra-se nos diversos compartimentos, e um complexo sistema de saneamento, recorrendo à utilização das águas das chuvas, percorre o interior das paredes, que no corpo poente possuem também escadas de caracol abertas na sua espessura.

Classificação: M.N, Dec. 16-06-1910, D.G. 136 de 23 de Junho de 1910, Z.P., D.G. 103 de 30 de Abril de 1952 e Z.P., D.G. 170 de 23 de Julho de 1955

2.6. - CASAS TORRE TARDO - MEDIEVAIS

A existência de casas torre de origem medieval é comum em povoações portuguesas, algumas delas erguendo-se ainda hoje; muito raramente isoladas, na maior parte dos casos transformadas e/ou integradas em conjuntos residenciais posteriores. Eram geralmente habitação de nobres ou do alto clero e sinal distintivo da sua condição mas, no século XVI, já surgem, caso do Porto, servindo de morada a burgueses e homens dos mesteres.

Em Guimarães existiam várias, como a do Morgado dos Mirandas, de origem medieval e situada na antiga rua das Flores que marginava, a poente, o actual largo João Franco, destruída nos meados do século XVII para possibilitar a abertura do Terreiro da Misericórdia. A do morgadio dos Almadás, no largo da Tulha, existe ainda num gaveto da rua da Rainha. O casario envolvente, que a separava da antiga rua Sapateira (rua da Rainha) foi demolido, libertando uma fachada completamente reinventada pelo historiador, escritor e urbanista Luís de Pina.

Perto da mesma rua Sapateira, na viela que a ligava ao «eyrado da cadea» situava-se uma outra torre que, posteriormente, foi integrada no pátio da casa do Morgado dos Almeidas, na rua Escura. Em 1681, indica-se que a «torre das casas da rua Escura» tinha sido do «Duque João Pires e de Dom Antonio de Lima». Estava

então junto à traseira da casa que faz esquina entre a viela da Cadeia e a rua Sapateira, para a primeira tendo janelas e loja. (1).

Mais acima, em direcção ao castelo, outra torre foi também a provável origem de uma casa nobre, a do Morgado dos Carvalhos, situada na esquina do de Santa Clara com a viela da Sr^a Aninhas, antigamente do Pingalho. No século XVIII situava-se quase por completo no interior da casa, libertando apenas uma fachada para a viela (2).

1 - Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, C-1402, *Tombo do Cabido*, nº8.

2 - A.M.A.P., MC - 447, *Tombo do Morgado dos Carvalhos*, fls 53.

2.7. - CASA DO ARCO

Datam dos finais do século XV as primeiras notícias que temos deste casa, então designada de «paço», quando o fidalgo Fernão de Sousa de Botelha aí residia. Fernão de Sousa tinha já casas nos dois lados da Rua de Santa Maria, edificadas de pedra, material nobre num povoado em que grande parte das habitações seriam de madeira, taipa ou tijolo e, em 1502, de regresso de Santiago de Compostela, quando faz a sua romagem à Senhora da Oliveira, o rei D. Manuel I hospedou-se aí. Posteriormente, foi do seu filho Martim Vaz de Sousa e seguiram-se-lhe os Ferreira D'Eça, do Morgado de Cavaleiros que, durante o séc. XVII, alteraram profundamente o antigo paço. Gregório Ferreira d'Eça e o seu filho Manuel Ferreira d'Eça compraram várias habitações que ficavam contíguas à primitiva, «do arco», aumentando-a e dando ao edifício uma feição bastante similar à actual. Dessas campanhas datam também duas estrebarias: uma, a sul, que hoje serve de Posto de Turismo outra, a norte, no largo de Santa Clara, que mostra ainda uma porta ogival (3).

Na posse dos Ferreira d'Eça vai permancer a casa até ao início do século XIX, quando foi vendida aos Almadras, condes da Azenha, cujas armas se podem ver no característico arco que lhe dá o nome. Lançado sobre a rua de Santa Maria, é um

dos poucos sobrevivente dos balcões medievais existentes nas várias ruas da vila que, por exigências ligadas com à circulação urbana, sucessivas vereações vão progressivamente, a partir dos séculos XVI e XVII, proibir.

Já na posse dos Azenha, foi hóspede da casa o rei D. Miguel e, pela mesma época, o pintor suíco Augusto Roquemont que, pelos anos trinta do século XIX aí dirigiu grandes trabalhos de remodelação, dando ao edifício um cunho neoclássico, com as características caixilharias raiadas então por ele introduzidas em Guimarães.

O edifício apresenta hoje dois corpos distintos, nas duas faces da rua de Santa Maria e unidos pela referida passagem superior ou balcão, formando uma dupla planta em «U». O seu corpo oriental, de planta rectangular e um pátio claustrado com três naves, tem dois pisos, na sua fachada norte com cinco janelas de sacada e varandas com gradeamentos neoclássicos sustentadas por mísulas caneladas no andar nobre. As duas alas viradas para a rua de Santa Maria apresentam também esse tipo de fenestração e uma série de aberturas mais irregular, entre as quais, à esquerda, o portal que dá acesso no piso térreo ao pátio interior, característico, desde o século XVI e durante o seguinte, da casa nobre vimarenense e onde, geralmente, se situava a escadaria de acesso ao andar nobre. O arco que une os dois corpos, na janela de sacada aberta por sobre a rua e no seu frontão curvo interrompido é rematado pelas armas dos Azenha. No corpo oriental abrem-se, no extremo virado para a praça de Santiago as antigas estrebarias, onde hoje se encontra instalado o posto de Turismo, e no correr da rua de Santa Maria e extremo norte da casa, um portal de arco apontado marca a entrada para uma estrutura semelhante. Junto dele, uma pilastra tem a sua correspondente no cunhal fronteiro, e sobre ela vê-se o arranque de um arco de pedra, denunciando aí a possível prévia existência de um outro balcão, facto que ocorre também, ultrapassado o arco construído, a jusante dele e na parede do mesmo lado da rua.

2.8. - CRUZEIRO DA SENHORA DA GUIA E CRUZEIRO DE S. FRANCISCO

Recorrendo de novo à preciosa ajuda do Padre Torcato Peixoto de Azevedo, indica-nos este que, nos finais do século XVIII, o cruzeiro se encontrava colocado «...saindo desta porta para sul...». Referia-se à Porta da Senhora da Guia e, no início do século XIX, o monumento ainda aí se encontrava, como é visível numa gravura de 1812, tendo sido posteriormente deslocado para a sua actual posição junto dos muros da Colegiada e protegido por um gradeamento

É datável dos fins do século XV ou início do XVI, construído em granito, e assenta numa base tronco-piramidal, de onde arranca o fuste facetado com um capital rematado por uma cruz também facetada e, rodeando a base desta, acha-se um grupo escultórico representando o Descimento da Cruz e as «Santas Mulheres Com o Óleo Para a Unção». Ainda segundo o memorialista, do conjunto fazia ainda parte um orante, hoje desaparecido e que, segundo a tradição, representava o cavaleiro vimarenense Diogo de Miranda.

O cruzeiro de S. Francisco, que se ergue no jardim em frente ao convento do mesmo nome, apresenta também uma base tronco-piramidal, sobra a qual se ergue um fuste canelado, rematado por um capitel com volutas. Sobre ele, ergue-se a cruz, com flores de liz nos extremos dos braços, e na sua face voltada ao convento a imagem de Cristo Crucificado. Totalmente construído em granito e de estilo gótico, data do século XV.

Classificação: Cruzeiro da Senhora da Guia - Protecção I.I.P., Dec nº 44452, D.G. 152 de 5 de Julho de 1962

Cruzeiro de S. Francisco - Protecção I.I.P., Dec nº 45327, D. G. 251 de 25 de Outubro de 1963.

3 - A QUALIFICAÇÃO RENASCENTISTA, MANEIRISTA E BARROCA DA CIDADE (1498 - 1750)

3.1. - CONVENTO DE SANTA CLARA

Foi seu instituidor em meados do séc. XVI, junto ao local onde acabava a rua de Santa Maria e se iniciava a rua da Infesta, o Mestre-Escola da Colegiada Baltazar de Andrade,

Apesar de, na porta travessa da igreja voltada para o terreiro, ter existido a data de 1561, só em 1605 nos surgem notícias mais detalhadas sobre ela, pois, nesse ano, a 1 de Junho, Pedro Afonso de Amorim contratou a reedificação da sua capela-mor. Sabemos por testemunhos dos séculos XVII e inícios do XVIII que a igreja do convento era forrada de azulejos, com tecto apainelado de madeira e que, nas ilhargas do arco cruzeiro, estavam colocados dois altares: o do lado do Evangelho dedicado a S. João Baptista, o do lado da Epístola da invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Na primeira metade do século XVIII e sob o patrocínio do Arcebispo de Braga D. José de Bragança, o convento e a igreja sofreram grandes alterações. A actual fachada principal e um claustro foram construídos pelo pedreiro José Moreira, respectivamente em 1741 e 1735. Pela mesma altura, a igreja teve obras de beneficiação, sobretudo na capela-mor que foi aumentada. Os mestres pedreiros desta empreitada foram Manuel Luís e Manuel da Costa e os trabalhos estavam prontos em 1737. A capela-mor e os coros alto e baixo foram então revestidos a talha dourada e pinturas a óleo, com cenas da vida dos Santos e da Virgem. Para terminar este ciclo barroco, em 1746 foi, a expensas do Arcebispo D. José, construída uma nova portaria

Em 1891, com o falecimento da última freira, o convento foi extinto. Instalou-se aí então o Liceu Martins Sarmiento e o edifício sofreu numerosas obras de adaptação, que incluíram a destruição da portaria barroca e do mirante virado a norte. Em 1924, a talha da igreja foi leiloadada, tendo sido arrematada por uma comissão para o efeito constituída (Comissão da capela-mor de Santa Clara), de que fazia parte José de Pina. A talha, incluindo o retábulo-mor, foi oferecida à Irmandade de Nossa Senhora

da Penha que a empregou na ábside do seu novo santuário. Em 1939, porém, um incêndio destruiu-a por completo.

Provenientes do coro alto da Igreja de Santa Clara, podemos ver hoje no Museu Alberto Sampaio dois relevos representando o Baptismo de Cristo e o Regresso da Sagrada Família do Egipto e um grupo escultórico da Fuga para o Egipto, peças de influência castelhana datáveis do século XVIII.

No animado frontispício barroco do antigo convento, de um saboroso e raro gosto popular, desenvolvem-se três corpos separados por pilastras e, no corpo central, sobre a porta principal com as armas conventuais ladeada por duas edículas vazias e assentando no entablamento entre duas figuras guerreiras, encontra-se colocada, num nicho coroadado por um frontão triangular sustentado por cariátides e serafins, a imagem de pedra da padroeira Santa Clara. O conjunto é flanqueado no andar nobre por janelas de sacada molduradas, também coroadas por frontões triangulares guarnecidos e, nos aventais, com figurações de freiras. Nos dois corpos laterais, separados do central por pilastras, mais seis janelas de sacada com frontões concheados e gradeamentos de ferro. Na pilastra do lado direito estão as armas do fundador e, para a direita da fachada, corre a antiga capela do convento, com o portal rematado por um janelão. No interior, o claustro quinhentista é de dois pisos e planta rectangular, com cobertura de madeira, arcos de volta perfeita e colunas com capitéis dóricos no piso inferior e arquivado no superior. Ao centro, tem uma fonte com um obelisco e a data de 1632.

Actualmente no convento estão instalados os serviços da Câmara Municipal de Guimarães e, na antiga igreja, o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.

3.2. - MISERICÓRDIA

Por iniciativa de Pedro de Oliveira, cavaleiro fidalgo e do Hábito de S. Tiago foi lançada, em 1588, a primeira pedra da igreja da Misericórdia de Guimarães na rua Sapateira. Antes disso, e desde o primeiro quartel do século XVI, a sede da Confraria

funcionou na Capela de S. Bráz, situada no claustro da Colegiada. Gonçalo Lopes, mestre pedreiro vimarenense, é geralmente apontado como tendo sido o autor da traça da igreja, mas o seu nome só nos aparece documentado na obra em Abril de 1595, quando, juntamente com o seu genro Pedro Afonso de Amorim, foi contratado para a realização da capela-mor, cuja construção já se tinha iniciado. Em 15 de Abril de 1598, o carpinteiro António Fernandes, encarregou-se de fazer os trabalhos de carpintaria da capela-mor e em 1600, conforme sentença do Juíz de Fora de Guimarães e por o edifício não estar segundo o contrato, Gonçalo Lopes obrigou-se a fazer várias obras no corpo da igreja. Ele e Pedro Afonso de Amorim tiveram então que cumprir a determinação «acerca da obra da capela da Igreja da Misericórdia apresentada por Manuel Luis mestre de obras do Arcebispo de Braga e Jerónimo Luis, mestre de obras do Mosteiro de Pombeiro». Em 1602 a determinação achava-se cumprida e Manuel Luís e Jerónimo Luís, depois de vistoriarem a obra, elogiaram o trabalho realizado. Finalmente, em 16 Novembro de 1604, tendo falecido Gonçalo Lopes, os seus genros João Lopes de Amorim e Pedro Afonso de Amorim obrigaram-se a fazer a fachada da igreja e outras obras interiores. Em 1607, o mesmo João Lopes propôs aos mesários alterações á traça do frontispício, mas estes recusaram, alegando que «a traça nova era de muito custo» e a «traça velha fora feita por mestre que tinha muita fama nestas partes». Referiam-se provavelmente a Manuel Luís, cuja real contribuição para a concepção e construção do templo ainda não está totalmente apurada. Seja como for, em 1608 os mesários vão aceder às pretensões de João Lopes de Amorim, que então introduziu as desejadas alterações na parte superior da fachada.

Concluída a igreja, que na capela-mor tinha abóboda de berço com caixotões de granito, pintados e dourados conforme era uso, foi encomendada a máquina retabular para aí ser colocada no altar-mor. O enxambreador portuense Francisco Moreira realizou o retábulo em 1614, tendo no seu desenho também participado João Lopes de Amorim, e os seus painéis, em número de seis, representando a Visitação e Passos da Paixão de Cristo, foram pintados em 1616 pelo portuense Domingos Lourenço Pardo, sendo já proto-barrocos. Um deles, da Visitação, encontra-se ainda hoje na parede do lado direito da igreja, outros quatro estão na capela do Hospital

nos Capuchos e representam Jesus no Horto, a Flagelação de Cristo, o Senhor da Cana Verde, e Cristo com a Cruz às Costas, tendo desaparecido o sexto painel. Ainda da autoria de Domingos Lourenço Pardo é a bandeira da Misericórdia, executada pelo pintor de têmpera e mestre dourador Salvador Mendes, que também colaborou na realização do retábulo.

A Casa do Despacho, com o seu pátio, chafariz, escadaria e claustro, também é da autoria de João Lopes de Amorim e ficou concluída em 1640. Quanto ao Hospital, sabe-se que, em 1653, a Santa Casa adquiriu a torre e pardiéis do morgado dos Mirandas, sita na antiga rua das Flores, entretanto destruída para a abertura do novo Terreiro da Misericórdia, e empregou a sua pedra na construção do edifício. Em 1672, o lanço voltado para S. Paio ainda não estava «fechado de pedra» e, em 1674, ainda por acabar, foi alugado à Câmara que aí funcionou durante quatro anos. Já no século XIX, em 1842, o Hospital abandonou o edifício, indo instalar-se no antigo Convento dos Capuchos.

Depois do terramoto de 1755 a igreja foi remodelada, tendo os trabalhos sido contratados pelo mestre de pedraria Pedro António Lourenço, que trabalhou no corpo da igreja, onde abriu uma porta lateral, alargou as primitivas frestas de iluminação e fez o arco do coro. Também do século XVIII são a talha e os estuques, desenhados por Frei José de Santo António Vilaça, que em 1775 riscou as duas caixas de órgão e o varandim de balaústres entre eles, tudo ao gosto rocaille, e executado pelos entalhadores António da Cunha Correia do Vale e Manuel Fernandes de Novais, tendo sido a maquinaria construída pelo organeiro D. Francisco António Solha. Também rocaille e atribuíveis a Frei José de Santo António Vilaça são os quatro retábulos laterais da nave. Do mesmo estilo é ainda o retábulo-mor que António da Cunha Correia do Vale contratou em 1759 e executou entre 1762-1763, a grade da igreja, que vai desenhado em 1776 em substituição de uma primitiva, de pau-preto, executada no século XVII por Francisco Moreira, e os dois púlpitos, também de sua autoria, que datam de 1781.

A igreja apresenta uma planta longitudinal de dois volumes, nave única e capela-mor rectangular, coberta por uma abóboda de berço revestida a estuque. A fachada retábulo maneirista, a que se acede por uma escadaria apresenta dois corpos

sobrepostos separados por um entablamento liso, e no corpo inferior abre-se o portal ladeado por colunas coríntias agrupadas, com diamantes no primeiro terço, que sustentam o entablamento onde, no corpo superior, repousa um nicho com a imagem de Nossa Senhora, rematado por um ático e ladeado por colunas coríntias também agrupadas e de fuste canelado. A fachada é rematada por um frontão triangular vazado por um óculo redondo no tímpano, e com pináculos e uma cruz central nos acrotérios. Para sul corre a Casa do Capítulo, também maneirista, com dois pisos, o superior com nove varandas de sacada com frontões triangulares e gradeamentos de ferro. Na extrema, o edifício é rematado por um frontão triangular, com a intenção de criar um corpo simétrico ao do frontispício da igreja. No interior abre-se a já referida crasta de dois pisos com um chafariz ao centro, com a escadaria ao lado direito assente sobre arcos e o piso superior arquitravados e com tecto de caixotões de madeira. Dentro, na Casa do Despacho, existe uma preciosa colecção de retratos da autoria de Francisco Roquemont.

Classificação da Igreja, Sacristia e Casa do Despacho: I.I.P., Dec. nº 735 /74, D.G. de 21 de Dezembro de 1974 (esta classificação inclui a igreja, sacristia e claustro do antigo Convento dos Capuchinhos).

3.3. - CHAFARIZ DO TOURAL

Existia no largo do Toural, onde a sua construção foi contratada pelo mestre pedreiro Gonçalo Lopes em 1585, tendo sido deslocado para o local que presentemente ocupa no largo do Carmo, hoje Martins Sarmiento, em 1890. O mesmo Gonçalo Lopes foi, em 1587, encarregado das condutas para fornecimento de água a este chafariz e a um outro, também por ele levantado, e de que se perdeu o rasto.

Do chafariz do Toural oferece-nos o Padre Torcato Peixoto de Azevedo, em 1692, a seguinte descrição: «....um chafariz de 6 bocas que correm de taças de pedra bem

lavradas e tem no alto I esfera de bronze dourada e ao pé dela I escudo com as armas de Portugal e nas costas deste outro com uma àguia negra coroada de ouro, com um letreiro aos pés que diz - anno de 1588. É este chafariz todo cercado de assentos de pedra para se se recrearem os que ali vão...»

O chafariz segue um modelo de taças e balaústres, que vai gozar de grande popularidade no noroeste de Portugal, desde que, em 1554, o primeiro exemplar português foi erguido em Viana por João Lopes-o-Velho. Como ele tem um tanque, balaústres, duas taças e um remate em bolbo, e com ele apresenta grandes semelhanças na decoração do remate e nos óvulos e pendentés da primeira taça, mas demonstra mais originalidade e melhor execução nas carrancas por onde jorra a água.

3.4. - PADRÃO DE S. LÁZARO

Também chamado de D. João I ou dos Pombais, foi erigido no século XVI, no local de onde, segundo a tradição, esse rei partira a pé e descalço em direcção à igreja de Nossa Senhora da Oliveira, cumprindo um voto feito antes da batalha de Aljubarrota.

É constituído por dois elementos distintos: o cruzeiro, composto por uma cruz de pedra de Ançã decorada com frisos vegetalistas e cabuchões nas extremidades dos braços, que tem na base posterior uma Pietá esculpida e na face um Cristo crucificado, e uma coluna também de pedra de Ançã que a sustenta, de capitel coríntio e fuste cilíndrico liso. Sobre o cruzeiro ergue-se um baldaquino de granito, renascentista, de planta quadrangular e coroado por uma cúpula semi-esférica sobre trompas com quatro vieiras esculpidas que repousam sobre quatro pilares quadrados e um entabelamento dórico. O conjunto repousa sobre um plinto quadrangular de granito a que dão acesso vários degraus, e é coroado por cupulins.

Em 1843 e por se encontrar muito deteriorado, o padrão foi restaurado. Em 1863, quando se fizeram obras de beneficiação na rua, removeu-se o monumento da sua

colocação inicial. Na sua nova posição, os pilares posteriores passaram a ocupar a zona dianteira do padrão e vice-versa. Por essa mesma ocasião a rua mudou de nome e passou a chamar-se D. João I

Classificação: M.N., Dec.16-06-1910. Z.E.P. D.G. 136 de 23 de Junho de 1910, Z.P., D.G. 195 de 21 de Agosto de 1958.

3.5. - CASAS BURGUESAS URBANAS QUINHENTISTAS

Com o desenvolvimento comercial e industrial de Guimarães nos finais do séc. XV e início do XVI, burgueses, homens dos mesteres e dos ofícios edificaram habitações que, sobretudo nos dois primeiros pisos, utilizaram a pedra como material construtivo, completada, nos sobrados superiores, pela taipa, mais raramente pelo tijolo, e duas destas casas burguesas existem ainda hoje. A primeira situa-se na antiga rua do Cano de Cima, a norte do castelo e no prolongamento da actual rua de Santa Cruz, uma segunda no início da rua de Santa Maria, datando ambas do século XVI. Esta última é provavelmente mais antiga, e tem na loja duas portas com arcos adintelados entre as quais está gravado em baixo relevo um calvário e, no segundo piso, duas janelas rectangulares de mitra chanfradas e biseladas. Só até aí era de pedra, pois os pisos superiores devem ter sido de taipa e com ressalto. Esse sistema construtivo, conhecido pela denominação genérica de «casas de ressalto» vai perdurar na vila ao longo do século XVII e dele existem ainda numerosos exemplares. De notar nessas habitações é a existência de contrafortes salientes em alvenaria de granito que flanqueiam os pisos de taipa e que, para além de funções de suporte, funcionavam como corta-fogos. Também se encontram na casa da rua de Santa Maria só que, neste caso, os pisos superiores foram substituídos, em época mais recente, pelos actualmente existentes.

A casa da rua do Cano parece ser mais recente que a sua congénere da rua de Santa Maria, provavelmente já da segunda metade do século XVI, sendo totalmente

construída em pedra e, como ela desenvolve-se em altura, com três pisos e aberturas rectangulares. No piso térreo tem a loja, com as suas três portas chanfradas e no segundo uma janela de peitoril também de chanfro e à sua direita uma de sacada moldurada. Sobre elas e no último piso, à guisa de ático, rasgam-se duas janelas de peitoril mais pequenas, e algumas diferenças no tipo do aparelho aí utilizado podem significar que esse nível foi acrescentado numa época posterior

3.6. - CASAS NOBRES URBANAS QUINHENTISTAS

Segundo informa Craesbeck, em 1548, quando o Infante D. Luís, filho de D. Manuel I e príncipe humanista, visitou Guimarães, acompanhado por uma importante comitiva de que fazia parte Francisco de Holanda, hospedou-se na habitação da rua de Santa Maria que pertenceu a António de Mesquita. A casa foi demolida para a construção do seiscentista Convento do Carmo (4) mas existem ainda hoje algumas dessas habitações quinhentistas que, pela sua arquitectura nobre e já com a marca do Renascimento podiam, do mesmo modo, ter agradado ao Infante.

De facto, na primeira metade do século XVI, surge na área urbana de Guimarães um conjunto de casas nobres, frequentemente resultado de transformações e adaptações em construções pré-existentes, seguindo o novo gosto italiano que então se difundia no noroeste do país. Utilizam nas suas fachadas a cantaria de granito, material «distintivo da nobreza», são casas de morgado, residências de nobreza e, em alguns casos, estão na origem de posteriores residências seiscentistas e setecentistas.

Enquadráveis nessa tipologia são a habitação que foi de Pedro Álvares de Almada, no antigo largo da Tulha, hoje Dr. Avelino Germano, a Casa Valadares de Carvalho, ao cimo da rua de Santa Maria e a que, na margem direita da mesma rua, precede a Casa do Arco.

Pedro Álvares foi um cavaleiro vimarenense que, no início do séc. XVI, partiu para Inglaterra, onde ofereceu os seus serviços guerreiros ao rei Henrique VII. Este, em

1507 e em recompensa por eles, agraciou-o com a Ordem da Jarreteira e concedeu-lhe um acrescento heráldico às armas de cavaleiro fidalgo do rei português D. Manuel I. Provavelmente em finais do primeiro quartel do séc. XVI, a antiga casa torre dos Almadás no largo da Tulha, hoje Dr. Avelino Germano foi alterada, e as obras incluíram o rasgar de uma bela janela de sacada renascentista, moldurada com colunelos e decoração de tipo lombardo que, ainda hoje se pode admirar, no primeiro piso, sobre o portal chanfrado e ligeiramente apontado de entrada.

Ao cimo da rua de Santa Maria, e na sua margem direita, encontra-se a Casa Valadares de Carvalho que foi, até ao séc. XVIII, dos Carvalho Fernandes. Muito modificada, apresenta ainda, à esquerda do frontão e no piso térreo, um portal de chanfro e volta redonda, sobre o qual se abre uma janela de sacada rectangular, moldurada e com o típico lavrado manuelino no arranque dos colunelos. Mais tarde, a casa viria a ser ampliada, rasgando-se-lhe as restantes janelas de sacada com chanfro que correm no andar nobre e erguendo-se, já na segunda metade do século XVIII, o frontão semi-circular central em cujo tímpano se esculpíram as armas dos Valadares, Carvalho, Vieira e Vasconcelos. O corpo norte, o cunhal que o divide da rua de Santa Maria e as portas rectangulares do andar térreo, a sul, são posteriores.

A terceira casa nobre pertenceu, no século XVIII, a António D'Eça e Luís Pinto da Fonseca, senhor do Morgado da Índia (5). É aquela que melhor conserva a antiga traça de Quinhentos e situa-se do lado direito da mesma rua, precedendo, como se referiu, a Casa do Arco. É de planta rectangular, construída em pedra e com grandes dimensões para a época: na fachada principal de cantaria de granito abre-se um portal de volta redonda, chanfrado e com as característica molduração dos colunelos na base dos umbrais. As janelas de sacada sobre ele foram rasgadas numa época posterior, substituindo as primitivas, mas conserva ainda no seu interior um pátio central, sistema que será, em casas nobres vimarenenses, bastante frequente durante todo o século seguinte.

4 - A.M.A.P., C-777, *Legatário*, Livro 7, fls 237

5 - A.M.A.P., C- 675, *Mostrador dos Foros da Coraria*, fls 17, e C- 680, *Tombo do Cabido*, fls 73 vº

3.7 - CASA MOTA - PREGO

Situada no actual largo João Franco, antigo Terreiro da Misericórdia, foi esta casa construída nos meados do século XVI e na sua primitiva feição, pelo casamenteiro e testamenteiro de D. João III, o Dr. Gaspar de Carvalho, chanceler-mor do reino. A ele enviou o Rei Piedoso madeira de ébano para utilizar nas casas do seu morgado, instituído pelo seu tio Diogo Lopes de Carvalho de quem era herdeiro. Do edifício quinhentista são visíveis ainda hoje, e na ala voltada para a Rua de Val de Donas, duas janelas: uma no piso superior, geminada, com colunelo e capitel ao centro e outra, mais abaixo e à direita, rectangular, de chanfro e moldurada. Ainda do século XVI são a torre a que, em 1692, se refere Peixoto de Azevedo « ...tem sua torre com ameias para prova da sua fidalguia...», e o muro de cantaria rematado por merlões de fantasia que, já no largo João Franco, e no extremo nascente da fachada, separa a rua do pátio lateral da casa. Aí se abre um portão de volta redonda chanfrado e coroadado pelas armas dos Carvalhos, abrigadas no tímpano de um pequeno frontão semi-circular.

A fachada principal do edifício é de construção posterior; depois da abertura do seiscentista Terreiro da Misericórdia, é natural que os senhores do morgado quisessem nobilitar a nova praça e a suas casas com a construção de uma fachada de aparato, que adossaram à primitiva edificação quinhentista.

Na primeira metade do século XVIII foi proprietário da casa o fidalgo Tadeu Luis António Lopes de Carvalho Affonseca e Camões, senhor de Abadim e Negrelos e fundador, em 1724, da barroca Academia Vimarenense. Por essa altura a habitação viveu os seus maiores momentos de glória, palco com o terreiro em frente de grandes festejos barrocos, como os realizados em 1728 para celebrar os esponsais reais dos filhos de D. João V. A fachada do edifício, assim como o seu interior e a torre foram iluminados com tochas, num total de mais de mil luminárias, e na praça ergueram-se arquitecturas efémeras, tendo as celebrações terminado com a distribuição gratuita de alimentos ao povo feita das janelas do palácio e um

gigantesco fogo de artifício. Mais tarde, em 1746, o Arcebispo de Braga D. José de Bragança quando fixou residência em Guimarães vai habitar o palácio, que serviu então de Paço Episcopal durante cerca de um ano, enquanto a vizinha Casa dos Pacheco de Miranda não se encontrou preparada para receber o prelado.

Por essa época, o senhor de Abadim e Negrelos tinha já iniciado a construção de um novo palácio fora de muros, o de Vila Flor, para onde vai habitar pelos meados do século, tendo doado a casa do Largo da Misericórdia ao seu filho José Bernardo de Carvalho. Posteriormente, passou para os seus descendentes Mota-Prego, que lhe deixaram o nome pelo qual ainda hoje é conhecida

O edifício apresenta hoje na fachada dois pisos, abrindo-se no inferior cinco janelas de peitoril, a da extrema esquerda na base da torre com um frontão triangular. No andar nobre, sobre uma cornija que corre a toda a largura da fachada rasgam-se seis janelas de sacada, com marcação de frontões rectos e gradeamentos de ferro. Sobre cada uma destas janelas encontram-se óculos cegos. A torre tem nos suas quatro faces e no piso superior, janelas de sacada geminadas e molduradas, com dois arcos ligeiramente ultrapassados assentes sobre um colunelo central e frontões semi-circulares. A torre é rematada, sobre as janelas por uma cornija com gárgulas nos cunhais e uma platibanda com merlões de fantasia, similares aos do pequeno muro que limita o pátio interior.

3.8. - IGREJA DE S. SEBASTIÃO E IGREJA E HOSPITAL DE S. DÂMASO

Quase contemporâneos nas datas da sua edificação, tiveram estes dois templos sortes diferentes, embora ditadas pelo mesmo tipo de razões relacionadas com transformações urbanísticas ocorridas no século passado e já nos meados deste, na zona compreendida entre a Torre da Alfândega e a Senhora da Guia em que se erguiam.

A Igreja de S. Sebastião, sede da paróquia do mesmo nome, situada a SE do Toural, frente à Torre da Alfândega, foi demolida em 1892, tendo sido a sua torre

sineira colocada na igreja de Creixomil, enquanto o altar do Senhor Jesus, o retábulo e a tribuna seguiram para a igreja do Tabuadelo.

O templo tinha visto a sua construção iniciada em 1570, por encomenda do Prior e Cabido da Colegiada e, logo que terminaram os trabalhos, foi elevado à categoria de paroquial. Era de planta rectangular e frontispício com frontão triangular, capela-mor e nave únicas separadas por um arco cruzeiro, e nela tinha quatro altares laterais. Do lado do Evangelho o primeiro era o de S. José e Nossa Senhora, o segundo o de Nossa Senhora do Socorro e, do lado da Epístola, o primeiro era da Irmandade do Senhor Jesus, o segundo, que tinha sido da invocação de S. Caetano, e que, em 1881, tinha já como orago S. Sebastião. Ainda no seu interior, o templo era, no século XVIII, revestido a azulejos e, na porta travessa virada para a Alfândega, tinha um nicho com a imagem de Nossa Senhora.

A igreja de S. Dâmaso, como era uso, arrancou com a construção da capela-mor em 1636, a noroeste da Torre Velha, em local onde existiam umas casas e quintal comprados em 1625 pela Irmandade das Chagas e Cordão de S. Francisco a Diogo Miranda. Em 1644 a ousia estava já concluída e, nesse ano, foi contratado o mestre de pedraria Domingos de Freitas, para « lhe construir o corpo da igreja do seu hospital por já serem falecidos os mestres Domingos Coelho e Cristóvão Fernandes que lhe haviam feito a capela-mor da mesma igreja...», sendo provável que o mesmo Domingos de Freitas fosse o autor da traça da capela-mor e ainda do frontispício. Em 1694 iniciou-se a reconstrução do corpo da igreja, conforme indica a lápide evocativa junto ao arco do coro, onde se pode ler a data de 1698 correspondente ao fim dos trabalhos. Segundo Craesbeck, que descreve a igreja em 1726, os trabalhos não foram levados a bom termo, sendo então arriscado entrar no interior do templo que oferecia pouca segurança. Depois, e em 1784, a torre sineira foi contratada a Vicente José de Carvalho e seu filho João Manuel de Carvalho. Junto ao templo, e à sua direita, funcionava um hospital ainda visível em fotografias antigas e que foi destruído; não teve a mesma sorte a igreja, desmontada e reconstruída, já neste século, a norte do campo de S. Mamede.

O templo tem planta rectangular com capela-mor e nave única e, ao centro do frontispício com frontão triangular, abre-se o portal, ladeado por pilastras e rematado

por um ático sustentado por mísulas caneladas interrompido ao centro por um escudo. Sobre o portal, rasga-se um janelão, coroado por um escudo interrompendo o entablamento que aí se curva, acompanhando o arco do janelão e, sobre este, no acrotério do frontão, levanta-se uma cruz de granito. À esquerda da fachada levanta-se a torre sineira, mais tardia, já barroca, com a sua cúpula de bolbo ladeada por pináculos.

No interior do templo, a abóboda de berço maneirista da capela-mor é de caixotões de granito e aí se encontra o retábulo de estilo nacional realizado em 1692, talvez da autoria de Pedro Coelho. Ainda na capela-mor encontram-se quatorze quadros de azulejos representando cenas da vida de S. Dâmaso, datando do século XVIII, enquanto que nas paredes laterais da nave existem mais quatro altares com talha seiscentista.

3.9. - CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, CAPELA DE SANTA CRUZ, CAPELA E RECOLHIMENTO DAS TRINAS

A actual Capela de Nossa Senhora da Conceição, situada na freguesia de Azurém, foi reconstruída em 1699, no mesmo local onde existia outra, mais antiga, de origem medieval. É de planta longitudinal, nave única e capela-mor rectangular, com a fachada rematada por um frontão curvo e pináculos precedida por um alpendre.

No interior, azulejos do início do século XVIII revestem as paredes do corpo da igreja e representam composições alusivas ao Cântico dos Cânticos. Na capela-mor, também revestida a azulejo, estes são já da segunda metade do século XVIII e representam quadros do Novo Testamento.

O retábulo-mor é maneirista, do terceiro quartel do século XVII e na tribuna tinha uma composição escultórica de madeira representando a Árvore de Jessé, que era coroada pela imagem da padroeira da capela. A imagem de Nossa Senhora da Conceição aí hoje colocada é já setecentista, bem assim como o frontal barroco do altar. Os dois altares laterais do cruzeiro, invocando, do lado do Evangelho, S.

Francisco (em substituição do Cristo Crucificado que o Padre Ferreira Caldas refere nos finais do século XIX), do lado da Epístola S. Caetano, mostram retábulos de talha do segundo quartel do século XVIII. O órgão da capela-mor data de 1774, ano em que foi contratado por D. Francisco António Solha e foi restaurado em 1880. Ainda na capela-mor, o tecto é de caixotões de talha dourada, que cobrem também a nave, emoldurados e pintados com pintura figurativa representando cenas da vida da Virgem, datando ambos do início de setecentos. No largo fronteiro ergue-se um cruzeiro com a data de 1580.

A capela de Santa Cruz foi edificada em 1639, junto à antiga Porta da Freiria, na antiga rua de Santa Cruz, hoje António Caldas; tem nave única rectangular e é precedida por um alpendre, apoiado em pilares quadrangulares nos ângulos e colunas a ladear as entradas. Na fachada, e debaixo do alpendre, abre-se o portal, ladeado à direita por um púlpito de granito e flanqueada por duas cruzes. Na fachada noroeste levanta-se a sineira e, frente ao alpendre, um cruzeiro com a inscrição: « O cônego Arrochela o pôs - Anno de 1640 ». No interior do templo, um lambril de azulejos setecentistas reveste a nave. A capela foi restaurado pela Câmara Municipal de Guimarães em 1984.

A Capela e Recolhimento das Trinas, situada na antiga Rua do Gado, hoje das Trinas, foi instituída, em 1653, pelo Dr. Paulo Mesquita Sobrinho, com a invocação de Nossa Senhora das Mercês. Correndo ao longo da rua, à sua direita e antecedendo a Av^a Nuno Álvares, é de planta rectangular, com dois corpos salientes na fachada posterior. Tem dois pisos, com a entrada da capela no piso térreo do corpo central marcado pelo sobreelevamento triangular da empena separando as duas alas laterais. A fachada de granito apresenta, para sul, um pequeno chanfro acompanhando a curvatura da rua e possui no piso térreo quatro janelas de peitoril rectangulares em cada ala, que se repetem, mas de mais pequeno tamanho, no piso superior. No corpo central, sobre a porta da entrada, e junto da empena, uma janela de peitoril gradeada ilumina o interior da capela.

Classificação (capela de Nossa Senhora da Conceição) : I.I.P., dec. nº 40361, D. G. 228 de 20 de Outubro de 1955.

3.10. - CONVENTO DOS CAPUCHOS

Em 1644, D.Diogo Lobo da Silveira lança a primeira pedra deste convento, erigido frente á antiga Porta da Garrida. Para a sua construção, e apesar dos protestos dos moradores de Guimarães, foi concedida por provisão real a pedra dos vizinhos Paços do Alcaide, no interior do castelo, que se supunha terem servido de residência ao conde D. Henrique. Enquanto se construía o convento, os capuchinhos recolheram-se na vizinha Capela de S. Miguel, junto à qual funcionava na época um hospital-albergaria. Nos meados do século XVIII, a igreja foi reconstruída, tendo para isso os frades pedido 500.000 reis à Câmara em 1742, mas a sua fachada data já da segunda metade do século, tendo no seu desenho colaborado em 1763 o entalhador António da Cunha Correia do Vale, enquanto que a sacristia foi realizada em 1748 por Frei António Basto. Em 1842 o convento foi à praça, tendo-o arrematado a Santa Casa da Misericórdia de Guimarães para aí instalar o seu novo Hospital. Com a construção deste, foi, na sua maior parte, demolido, restando apenas do edifício original a igreja, o claustro e a sacristia.

O frontispício do templo é de gosto rocóco, dividido verticalmente em três corpos por pilastras sustentando um entablamento a que correspondem, no piso inferior, os três arcos de volta perfeita da galilé. Sobre os arcos laterais, dois nichos com mísulas concheadas e frontões curvos ladeiam, no corpo central, um janelão de sacada também com decoração rocóco. Acentuando a verticalidade do conjunto, dele arranca a mísula que sustenta o grande nicho central do nível superior, flanquado por pilastras em forma de consola com mísulas torsas e aberto num frontão triangular, rematado por uma cornija ondulante, com dois pináculos e uma cruz nos acrotérios. Mais dois grandes pináculos de granito sobre as antas laterais escondem os arranques do frontão, e estátuas de granito representando Santos e a Virgem mostram-se nos nichos.

O interior do templo é de nave única, com a capela-mor dividida do corpo da igreja por um arco cruzeiro de granito ladeado por dois altares de talha, que, como a do altar-mor onde está um painel com a imagem da Imaculada Conceição, são obra do século XIX. Na parede lateral da nave abrem-se confessionários inscritos dentro de arcos, que comunicam com o claustro seiscentista arquivado e alpendrado de dois pisos com um chafariz ao centro. Na sacristia com talha joanina e tecto de caixotões pintados de meados do século XVIII, encontra-se um grande arcaz com as espaldas decoradas com painéis representando figuras religiosas.

No hospital encontram-se hoje quatro dos seis retábulos «tenebristas» pintados para o retábulo da igreja da Misericórdia de Guimarães em 1616 pelo portuense Domingos Lourenço Pardo, bem assim como uma série de retratos novecentistas da autoria do suíço Augusto Roquemont.

Classificação: a igreja, a sacristia e o claustro estão incluídos na classificação da Misericórdia

3.11. - IGREJA E CONVENTO DA MADRE DE DEUS DAS CAPUCHINHAS

Em 1681 foi fundado o Convento da Madre de Deus das Capuchinhas, ou das Clarissas Reformadas, no lugar então chamado do Campo do Galego, mas só em 1717 o Arcebispo de Braga D. Rodrigo de Moura Teles nomeou, como primeira abadessa do convento, a sua irmã Soror Luísa Maria da Conceição. Pouco se conhece sobre a edificação do cenóbio, sabendo-se apenas que, em 1719, o pedreiro António Oliveira, da freguesia de Joane, Famalicão, contratou a construção do dormitório e que, em 1734, a igreja já devia estar terminada, pois nesse ano foi aí colocado o Sacramento pela primeira vez.

A igreja do convento abre para um terreiro, com um cruzeiro de granito que tem a data de 1775, a que se acede por uma larga escadaria. O templo é de planta longitudinal, nave única e capela-mor rectangulares e apresenta na fachada um

pórtico rematado por dois pináculos laterais e um nicho flanqueado por volutas e encimado por uma cruz . O conjunto é ladeado por dois janelões rectangulares. Na fachada voltada a sul abre-se do lado esquerdo um grande portal de volta redonda e a nível superior e ao centro um outro janelão rectangular. À direita desta fachada corre o edifício do convento com o seu claustro e a sineira junto à empena das igreja.

No interior, são de notar, para além do tecto de caixotões pintados do século XVIII, os painéis de azulejos figurativos também do século XVIII que decoram as paredes laterais da capela-mor. Representam, à esquerda: o Sonho de S. José; a Anunciação da Virgem; a Apresentação no Templo e a Fuga para o Egipto e, à direita: a Adoração dos Pastores; o Casamento da Virgem e a Adoração dos Reis.

Em 1912 instalou-se no edifício o Centro Juvenil de S. José, em 1943 a capela foi restaurada com participação do Estado e, em 1986/87, novos trabalhos de conservação e limpeza foram aí efectuados, incluindo uma intervenção nos painéis de azulejos subsidiada pela Secretaria de Estado da Cultura.

Classificação: I.I.P., Dec. nº 8/83, D.R. 19 de 24 de Janeiro de 1983 (só a igreja é incluída nesta classificação).

3.12. - CONVENTO DE SANTA ROSA DE LIMA DAS DOMINICAS

Foi este convento fundado nos finais do século XVII, na rua Travessa, e no local onde se situava a antiga albergaria medieval de S. Roque As obras do actual edifício, porém, só se iniciaram em Março de 1727, com risco do mestre arquitecto Pedro da Conceição, frade carmelita. Em 1739 estavam já concluídas a igreja, o mirante e a maior parte do edifício conventual, com os dois dormitórios, grande e pequeno, o refeitório e a cozinha. Os trabalhos foram patrocinados pelo Arcebispo de Braga D. José de Bragança e participaram neles, numa primeira fase, os mestres pedreiros de Braga Manuel Ferreira da Silva e André Lopes, depois António Pereira e Nicolau Moreira. No interior do templo, o retábulo da capela-mor é da autoria do bracarense António Fernandes Palmeira, com desenho de José da Fonseca de Lima, e data de 1741-42. Os dois retábulos laterais form executados em 1745 por Manuel da Cunha

Correia e António da Cunha Correia do Vale. O órgão rocaille foi contratado em Novembro de 1776 a José António da Cunha, desconhecendo-se o autor da sua traça, enquanto que a maquinaria é atribuída a D. Francisco António Solha, organeiro então residente em Guimarães. Ainda na igreja existem outros retábulo da primeira metade do século XIX, de um gosto neoclássico já tardio e, no coro baixo, um cadeiral setecentista.

A igreja é de planta longitudinal, nave única ritmada por arcos torais de granito e capela-mor rectangular, apresentando na fachada voltada para a rua um único volume, dividido por pilastras em três corpos. No corpo central abre-se o pórtico principal ladeado de volutas e rematado por dois pináculos e um nicho em que se encontra a imagem de granito de Santa Rosa de Lima. À esquerda do corpo da capela-mor, com o seu janelão rectangular, eleva-se o mirante sul do convento, com uma fiada de janelas de peitoril junto da cornija e, no corpo norte, rasgam-se, sobrepostos, quatro janelões rectangulares e quatro quadrangulares de mais pequenas dimensões. A portaria tem um pórtico joanino decorado com festonadas e, no remate, as armas do Arcebispo D. José sustentadas por dois querubins. Este conjunto está inscrito num belo muro com cornija moldurada e contracurvada, sobreelevando-se o arco do lado direito, em rampante invertido, até alcançar o nível do mirante sul. No pátio interior corre uma varanda de ferro sobre arcos de volta perfeita e, ao centro, numa janela de sacada, estão as armas das Dominicais. A igreja do convento serve hoje de paroquial.

3.13. - CONVENTO DO CARMO

Primeiramente dedicado a Santa Teresa, foi a sua construção iniciada em 26 de Março de 1685 na rua da Infesta. A partir de 1723, os mestres de pedraria João e António Pinto abriram as janelas do corpo da igreja, construíram o coro e aumentaram os dormitórios até que, em 1732 executaram o portal barroco. Pouco mais se sabe sobre a construção do edifício, a não ser que, no segundo quartel do

século XVIII o Arcebispo D. José de Bragança mandou construir a capela-mor da igreja. Em 1854 faleceu a última freira do convento que, tornando-se propriedade do Estado, foi por este oferecido à Irmandade do Carmo, depois transformada em Ordem Terceira. Ainda no século XIX, o convento serviu de quartel ao Batalhão de Caçadores 7 e, em 1864, foi cedido para casa do Asilo de Infância Desvalida de Santa Estefânia que ainda hoje aí se encontra instalado.

A igreja apresenta nave única e capela-mor rectangular, tendo na fachada principal, voltada ao actual largo Martins Sarmiento, um pórtico com um nicho onde se encontra a estátua de S. José que, em 1724, passou a ser o orago da Congregação em substituição de Santa Teresa. No interior, todo o templo é revestido a talha dourada, nas sanefas, retábulos, púlpitos, e óculos do coro, sendo notáveis sobretudo o gradeamento rocaille da capela-mor e o retábulo desta, joanino e de autor desconhecido, proveniente da igreja do Convento de Santa Marinha da Costa. Construída a sul do mirante, a portaria tem um portal gradeado, coroado por um frontão interrompido com uma cartela barroca no tímpano, rematado por uma estátua de S. Miguel Arcanjo e ladeado por duas aberturas rectangulares. Sobre a cornija ondulada e moldurada com dois pináculos laterais, erguem-se as armas carmelitas sustentadas por dois querubins alados. No pátio interior, três arcos de volta perfeita abrem o alpendre com escadaria de lanços afrontados que conduzem às diferentes dependências do convento. Da edificação setecentista restam ainda a sacristia com um pequeno trecho do claustro e a ala conventual que se estende à direita da portaria.

3.14. - CASA DOS NAVARRO DE ANDRADE

«O Dr. Rui Gomes Golias, Mestre Escola da real Colegiada instituiu morgado em seu sobrinho o Dr. João de Guimarães desembargador de agravos, e da Mesa da Consciência, embaixador da Suécia e Hollanda, moço fidalgo e comendador de Leparosa de Christo, e a mulher deste D. Maria dos Guimarães vinculou seus bens com a capella do Senhor Jesus, junto às suas casas na Rua dos Fornos. É administrador Manuel Peixoto dos Guimarães seu parente, fidalgo de Sua

Magestade, e cavaleiro de Christo». O Padre Torcato Peixoto de Azevedo descreve-nos assim, nas suas Memórias, a origem seiscentista da casa, que foi edificada pelo Dr. João dos Guimarães. No século XVIII, pertenceu a António Peixoto dos Guimarães, senhor do Morgado de Lamelas, nome pelo qual foi então conhecida a casa, até que, no séc. XIX, viria a pertencer à família Navarro de Andrade que lhe deixou a denominação actual. Como outras casas nobres vimareneses, foi designada, nos sécs XVII e XVIII, como «casas grandes».

De planta rectangular bem definida, clareza essa que ocorre também nos alçados, mostra na fachada de acentuada horizontalidade voltada para o largo Dr. João Motta Prego dois pisos e uma sobreloja. No extremo sul, e no andar térreo, encontra-se a capela, em paramento de cantaria de granito com o seu portal e ático moldurado inscrito entre pilastras e rematado por duas pequenas edículas rectangulares. À direita, rasgada no paramento, uma pequena fresta ilumina o interior, e para a esquerda e no correr da fachada abrem-se dois portões também com frontão triangular e as armas dos Peixotos e Leites. Sobre este piso inferior rasgam-se diversas janelas de peitoril correspondentes à sobreloja e, no andar nobre, dez janelas de sacada, ritmadas entre dois grupos de três à esquerda e dois pares à direita, todas elas com áticos triangulares e varandas gradeadas. Nas extremas da fachada erguem-se dois muros coroados por urnas, em que se abrem portões de acesso à zona posterior da casa.

A capela, da invocação do Santo Nome de Jesus, tinha um retábulo maneirista de meados do século XVII, hoje exposto no Museu Alberto Sampaio. Mais recentemente, funcionou na casa o Tribunal do Trabalho, posteriormente a Guarda Nacional Republicana, planeando-se hoje a instalação aí do Arquivo Municipal.

3.15. - CASA DOS COUTOS

Foi edificada por Pedro de Freitas, pai de João Peixoto de Miranda, em meados do século XVII (6) que, para a sua construção, nela integrou uma série de habitações mais pequenas. Situada no gaveto formado pelo largo João Franco e a rua da

Rainha, estas «casas grandes» foram compradas em 1747 pelo Arcebispo de Braga D. José de Bragança a Francisco António Peixoto de Miranda, para nelas instalar o seu Paço Episcopal. O prelado fez aí algumas obras de beneficiação, sobretudo no que respeita a interiores, como afirma na doação feita em 1749, quando abandonou Guimarães, ao seu criado João Lopes da Gama: «...concertei, paremtei de cortinados, cadeiras, pinturas...», tendo a remodelação incluído a construção de mais um piso.

De planta aproximadamente rectangular e grandes dimensões, desenvolve-se horizontalmente, com as suas «... 98 janelas e 77 portas...», e organiza-se em trono de um pátio central onde se encontra a escadaria de acesso ao andar nobre. A horizontalidade é interrompida apenas pela vertical do mirante que se ergue a um dos lados do pátio interior, sendo o conjunto, na sua origem, um exemplar paradigmático do tipo de habitação nobre da Guimarães seiscentista.

Na frente voltada à rua da Rainha abrem-se no piso térreo janelas de peitoril com molduras convexas e, entre duas delas, um pórtico maneirista, ainda seiscentista, com entablamento dórico rematado por um ático. No seu tímpano encrustava-se uma primitiva pedra de armas que foi picada e, em sua substituição, na parede sobre o frontão, foi colocada a que ainda hoje aí se encontra, com as armas neoclássicas dos Coutos. No andar nobre abrem-se janelas de sacada com frontões rectos, varandas gradeadas a ferro assentes em mísulas caneladas e o mesmo tipo de molduras que ocorrem nas do piso inferior. A frente virada ao largo João Franco, que tem uma ligeira quebra, apresenta o mesmo tipo de fenestração, mas o pórtico sofreu transformações ordenadas pelo prelado, que nobilitando a fachada e o terreiro em frente, o transformaram numa obra barroca, com o exterior dos umbrais e da padieira guarnecidos por grinaldas que se suspendem, ao centro, de uma cartela cruciforme lavrada. Sobre o conjunto, e sustentado por uma mísula, vê-se um escudo com heráldica semelhante ao do pórtico sul. O edifício tem ainda no nível superior e em toda a extensão das suas fachadas mais um piso, acrescentado por D. José. Aí se situavam os seus aposentos, e o piso é separado do andar nobre por uma cornija, de menores dimensões na frente sul e aí com apenas janelas de peitoril, mais

espessa e moldurada na frente poente, suportando uma varanda gradeada para onde abrem também janelas de peitoril e duas de sacada.

Para norte do edifício encontra-se o jardim, que já existia antes do Arcebispo D. José ter adquirido o prédio, como se pode ler na escritura de compra por ele efectuada: «...uma morada de casas de sobrado sitas na rua Sapateira, com seu quintal da parte do Norte...»

6 - A.M.A.P., C- 680, *Tombo do Cabido*, fls 44 v^o

3.16. - CASA NOBRES URBANAS SEISCENTISTAS (CASA DOS PORTUGAIS; CASA DOS ARAÚJOS; CASA DOS COELHO NOGUEIRA; CASA DOS ALMEIDAS; CASA DOS LARANJAIS; CASA DOS VALADARES DE VASCONCELOS).

Todos estas habitações do século XVII apresentam características comuns. São de dimensões avantajadas, as fachadas de dois pisos muito sóbrias desenvolvem-se horizontalmente face à rua, as plantas são ainda pouco definidas e todos se situam no centro urbano. A excepção é a Casa Valadares de Vasconcelos, com um tipo de organização bastante diferente dos restantes.

Nos casos da Casa dos Portugal, no largo Dr. Mota Prego e Rua Gravador Molarinho e da dos Araújo Abreu, na rua de Val de Donas, os pisos térreos, sob as janelas de sacada com varandas gradeadas do andar nobre, mostram ainda permanências quinhentistas na cantaria de granito onde se rasgam portais chanfrados, de volta redonda na rua Gravador Molarinho, de arco abatido em Val de Donas. A Casa dos Portugal pertenceu, nos finais do século XVII, a Manuel Peixoto de Miranda, « com porta feita de arco de pedra». O seu quintal chegava até à rua de Val de Donas (7) e a casa mostra ainda, na cornija da rua Gravador Molarinho, uma notável e decorada gárgula, similar às existentes na Casa Pombeiro, no largo de Santa Clara. Na rua de Val de Donas, a Casa Araújo e Abreu entestava, à época da sua construção, com a muralha, razão pela qual apresenta uma planta rectangular

regular, tendo os dois corpos laterais e posteriores que lhe dão a sua actual configuração em «U» sido provavelmente construídos já no século XIX, quando a remoção das muralhas da Vila o permitiu. Um desses corpos, o esquerdo, avança até ao nível da rua, integrando-se aí na fachada principal, marcada ao centro por um escudo setecentista com as armas dos Pereira, Cardoso e Rebelo.

Também na rua Gravador Molarinho, a Casa do Morgado dos Almeida exhibe no piso térreo da fachada virada para a rua a rudeza do granito, neste caso disposto em alvenaria «apincelada», sobre a qual correm as varandas de sacada do andar nobre. No seu extremo sul, e dando acesso ao pátio interior ajardinado, abre-se um pórtico já da segunda metade de setecentos, com frontão contracurvado e decoração de concheados no exterior dos umbrais. No pátio, e à direita, uma escadaria de pedra sobe até ao alpendre no primeiro piso, em cuja extrema esquerda se esculpiu em baixo relevo a pedra de armas seiscentistas dos Almeida. O pátio, com a varanda e a escada, já existia em 1681, quando a casa pertencia a Francisco de Abreu Soares. No pátio ficava a antiga casa-torre, que tinha serventia para a viela da Cadeia (8).

No início da Rua Caldeiroa, uma das mais antigas de Guimarães, um edifício de origem seiscentista apresenta, em posição lateral e na fachada de granito sem reboco, uma pequena e pouco relevada pedra de armas do século XVII, com heráldica relativa aos Borges, Nogueira e Amaral. Os vãos existentes no frontispício estão dispostos de forma irregular e foram com certeza muito modificados, conservando apenas a janela de sacada central do primeiro piso, à esquerda da qual se encontra a pedra de armas, moldura e um frontão recto datáveis do século XVII. A fachada voltada para a rua oculta, neste como noutros casos que ocorrem em Guimarães, um insuspeito desenvolvimento do edifício, que se alarga nas traseiras seguindo uma planta aproximadamente trapezeoidal, com um corpo saliente do seu lado direito.

Na actual praça dos Laranjais (deve o seu nome ao laranjal existente na Casa do Morgado dos Carvalhos, na rua de Santa Maria) encontra-se a casa, edificada no século XVII e conhecida pelo mesmo nome, pertença dos Barros Faria e que foi da família Moura Machado. Como outras similares era, ainda no século XVIII, designada por «casas grandes». Foi sede de uma capela instituída em S. Domingos, por Margarida Machado e Joana de Moura Coutinho, sua madrastra e em 1676 pertencia

ao descendente das instituidoras João de Barros de Faria (9). Apresenta uma planta aproximadamente rectangular, regular nas duas fachadas viradas para a praça, de dois pisos e janelas de sacada com varandas gradeadas no primeiro. Entre elas encontra-se, em posição ligeiramente descentrada, a pedra de armas seiscentista pouco relevada, posteriormente picada. Para além da sobriedade e equilíbrio de linhas da fachada este solar apresenta ainda à sua extrema esquerda uma torre ameada, com merlões chanfrados e uma granda gárgula na parte superior do seu cunhal esquerdo, construída segundo um gosto revivalista.

Ultrapassado o largo de S. Tiago, seguindo pela actual rua Gravador Molarinho, encontra-se à esquerda, distinguível das vizinhas pela nudez da cantaria de granito, a Casa Valadares de Vasconcelos. Tem três pisos e três vãos em cada um deles, sendo o intermédio rasgado por janelas de sacada com frontões rectos e varandas gradeadas assentes em mísulas caneladas. A pedra de armas, seiscentista e com heráldica da família, ocupa uma posição lateral, a meia altura da fachada e à esquerda da janela central, podendo-se considerar esta habitação como precursora, dado o seu desenvolvimento em altura e as suas pequenas dimensões, de futuras realizações urbanas setecentistas. Existia já em 1681, e resultou da união de duas casas em «huma grande de pedra de dous sobrados ate o telhado e de porta e tabolleiro e esquadra de pedra», sendo então de João de Valadares de Vasconcelos e a sua mulher Maria Cardoso (10).

7 - A.M.A.P., C-1403, *Tombo da Vila de Guimarães*, fls 457

8 - A.M.A.P., C- 1402, *Tombo do Cabido*, nº 8

9 - A.M.A.P., MC-124, *Tombo de S. Domingos*, fls 141 vº

10- A.M.A.P., C 1401, *Tombo do Cabido*, nº 64

3.17. - CASA NOBRES, URBANAS E RURAIS, DA 1ª METADE DO SÉC.
XVIII

(CASAS DA GRANJA, DE CIMÃES, DOS LOBATOS, DOS POMBAIS E DO TOURAL).

Quatro delas encontram-se situadas em ruas e praças antigas de Guimarães, nas Molianas a de Cimães, na Caldeiroa a dos Lobatos, no Toural a do mesmo nome e, na continuação da antiga rua dos Gatos e perto de S. Lázaro, a da Granja; a Casa dos Pombais, pela sua implantação frente a um antigo caminho secundário que a ligava ao Proposto, é de características mais rurais e portanto com outro tipo de organização, embora datando, como as restantes deste conjunto, do primeiro quartel do século XVIII . Por esse facto, diverge delas na existência de um terreiro aberto frente à sua fachada nobre, que nas outras, e dando-lhes um ambiente urbano, margina imediatamente a rua. No caso da Granja, essa característica pode ser hoje menos nítida, para isso tendo concerteza contribuído os grandes trabalhos de terraplanagem que se efectuaram na rua que lhe corria em frente

Para além de diferenças de volumetria e outras, como por exemplo a ausência de capelas abertas para a rua na Caldeiroa, nos Pombais e no Toural, facto que ocorre em Cimães, apresentam semelhanças ao nível da sua estruturação em dois pisos, com o térreo onde se abrem lojas várias e a entrada principal. A nobilitação e marcação de eixos centrais é ainda difusa e, com as excepções dos Pombais e do Toural, marcada apenas pela colocação de pedras de armas, frequentemente de data posterior à construção dos edifícios, ao centro e junto às cornijas. A decoração de janelas de sacada e frontões é, salvo casos de intervenções posteriores à construção dos edifícios, quase inexistente, reduzida a ressaltos rectos sustentados pelo prolongamento das molduras dos umbrais na Granja, no Toural, nos Pombais e na Caldeiroa e totalmente ausente em Cimães, onde somente pequenas ondulação no portal da entrada denunciam a aproximação do barroco.

Do casal da Granja, antecessor da casa do mesmo nome, existem notícias desde o fim do século XVI, estando então na posse de Maria Camelo e, no início do século XVIII, Manuel Correia da Affonseca e Mariana Monteiro de Araújo contrataram, em 1713, a construção do actual edifício com o mestre pedreiro vimarenense João Pinto de Sousa. Uma das filhas de Manuel Correia da Affonseca casou depois com um

Bezerra de Abreu Lima, e são as armas desta família que hoje se podem ver ao centro da fachada.

A casa da rua Caldeiroa possui heráldica dos Costa, Pereira e Soares, é popularmente conhecida como Casa dos Lobatos ou do Conselheiro Lobato e aí funciona hoje a Alliance Française. Do átrio interior no piso térreo sobe, em posição lateral, a escadaria que acede ao andar nobre. Este sistema sucedeu ao anterior, seiscentista, do pátio aberto central onde, também em posição lateral, se situava o escadório. A Casa de Cimões pertenceu à família Pinto Coelho e tem a particularidade de possuir uma capela, integrada no correr da fachada e na sua extremidade poente.

A Casa dos Pombais, pela sua organização, com a marcação de um eixo central assentado por escadaria exterior, funcionou como ensaio para casas rurais posteriores como a do Proposto. Em 1602, Diogo Rebelo de Azevedo, cavaleiro fidalgo da Casa Real, vivia em Creixomil, numa «casa sobradada com uma salla e duas camaras e hua cozinha terreira peguada na casa e uma estrebaria com hua corte mais duas casas terreiras que estão na entrada do casal ao longuo da estrada». Em 1622, a propriedade tinha mudado de mãos, mas a sua descrição mantinha-se, definidora da modéstia das habitações da maior parte da nobreza de então, e ajudando a perceber a evolução que nelas e por uma multiplicidade de razões, se vai verificar a partir de meados do século XVII e, sobretudo, no decorrer do século XVIII.

Em 1723, e depois de novamente ter mudado de proprietário, a descrição do edifício então existente nos Pombais e entretanto completamente remodelado é já muito próxima do actual: «casas nobres muito bem feitas com fachada ao moderno com suas janelas rasgadas fabricadas de pedra com sua escadaria...e repartidas em várias salas com seus repartimentos...». O portal da «entrada nobre» contudo, não era ainda o actual, mais tardio e barroco, datável da segunda metade do século XVIII, sendo o antigo então assim referido: «... portal muito bem feito com sua cruz por cima no meio de duas pirâmides...» Em 1765, a quinta posta em leilão, foi arrematada por António de Sousa da Silveira, Desembargador dos Agravos e da Casa da Suplicação, Conselheiro da Real Fazenda, antepassado dos actuais

proprietários da casa e dos seus ascendentes que, no século XIX, serão agraciados com o título de Condes de Viamonte.

De planta rectangular e grande simplicidade e equilíbrio de linhas, com uma forte simetria em torno de um eixo central, o plano original do edifício foi perturbado pelo acrescento posterior de uma nova ala ao corpo original e à sua direita. A casa tem dois pisos e, ao superior ou andar nobre, acede-se por uma escadaria de lanços afrontados que, convergindo para a entrada principal, geram, juntamente com a pedra de armas dos Sousas da Silveira em cima e o arco de volta perfeita da escadaria no nível inferior, o eixo de simetria que articula as duas alas laterais originais, cada uma delas com duas janelas de sacada e frontões rectos sobrepostas a igual número, mas de peitoril, no piso térreo. Para a direita desta fachada, construiu-se, como já foi referido, um acrescento com duas janelas de sacada e um arco no piso térreo. A habitação tem na sua frente um terreiro a que conduz um caminho rectilíneo ladeado de buxo e orientado na direcção da escadaria, antecedido por um pórtico barroco, ondulado e rematado por urnas e com dois janelões ladeando o portal central.

A Casa do Toural situa-se na praça do mesmo nome, a mais importante da Vila a partir de finais do século XVII, e que era ainda, no primeiro quartel do século XVIII, alpendrada nas suas margens norte, poente e sul. Jerónimo Vaz Vieira, Desembargador do Paço, instuidor de um morgadio em finais de Seiscentos e senhor de uma grande fortuna, ou o seu sobrinho Jerónimo Vaz Vieira, levantaram-na, nos finais do 1º quartel do séc. XVIII, num local em que tinham existido outras habitações de menores dimensões (11). Com um só piso, desenvolve-se horizontalmente, num ritmo monótono de janelas de sacada, apenas interrompido, ao centro, pelo sobrelevar semi-circular da cornija, desenhando um tímpano onde se esculpam as armas dos proprietários (posteriormente picadas), que interrompem o movimentado frontão contracurvado interrompido da janela de sacada central, conjunto já rocaille e da segunda metade do séc. XVIII. O edifício ficou assim a constituir um corpo estranho na praça, isolado entre imóveis do século XIX e a «frente pombalina», de finais de Setecentos que os anuncia e é já produto de um outro tipo de concepção urbanística.

Os seus proprietários, conhecidos como os fidalgos do Toural, desempenharam importante papel na vida cultural de Guimarães oitocentista. O último da estirpe, D. João António Vaz Vieira Nápoles Alvim de Melo e Freitas foi um músico de nomeada, tendo sido a sua habitação palco de inúmeras festas, concertos e saraus.

11 - A M.A.P., MC-124, *Tombo de S. Domingos*, fls 90 vº.

3.18. - CASA DOS PEIXOTOS

Situada num gaveto da rua de Santa Maria, pode-se considerar esta casa como pertencendo a uma fase de transição entre os solares seiscentistas de grande implantação horizontal, e os que a eles se vão seguir na Vila a partir de meados do século XVIII, de tipo urbano, ocupando lotes de pequenas dimensões e desenvolvendo-se sobretudo verticalmente.

Pertencente à família dos Peixoto, cujo vínculo é o mais antigo de Guimarães, deve ter-se iniciado a sua construção no segundo quartel do século XVIII, sendo o corpo mais elevado virado a sul e ao priorado, sobretudo nos seus dois pisos superiores, produto provável de uma campanha de obras já posterior a 1750.

As duas fachadas do corpo poente, separadas da ala leste por uma pilastra, apresentam no piso térreo janelas de peitoril molduradas com o interior das perdeiras recortado, no andar nobre janelas de sacada com frontões curvos interrompidos por mísulas lavradas e com as varandas gradeadas, e sobre estas, no piso superior, junto à cornija, repetem-se em menores dimensões as janelas de peitoril. No cunhal, a dois terços, suspendem-se as armas dos Peixotos, e junto deste, no piso térreo e voltado ao priorado, abre-se um dos dois portais de entrada, o outro dando para a rua de Santa Maria. A decoração dos vãos deste corpo e os lóbulos recortados no interior das janelas de peitoril sugerem uma influência do barroco português.

3.19. - PALÁCIO VILA FLOR

Nos meados do século XVIII o Senhor de Abadim e Negrelos Tadeu Luís António de Carvalho Fonseca e Camões fixou residência no seu novo palácio, com uma magnífica implantação no exterior da área urbana, na encosta poente do monte de Santa Catarina. A casa dominava a Vila, e aí se realizaram em 1750, quando as obras não estavam ainda concluídas, os grandes festejos comemorativos da aclamação do rei D. José I. Encontrava-se então pronto apenas metade do projecto inicial, com o corpo central e a ala que lhe corria à esquerda, tendo o edifício sido terminado apenas no século XX.

O palácio é de planta rectangular, com a fachada norte desenvolvendo-se horizontalmente, com um só piso onde se rasgam janelas de peitoril de padieira abatida, encimadas por óculos cegos que são abertos nas alas testeiras e, nas extremas, rasgam-se duas portas com áticos e escadarias. Ao centro, e separando as duas alas, o corpo central com um frontão ondulante de enrolamentos e volutas, interrompido no acrotério por uma estátua de pedra. Sobre a porta de entrada ergue-se o grande escudo com as armas dos Vieras, Thatcher, Almeida e Sodrê. A mansarda sobre o piso nobre, rasgada por janelas de peitoril com frontões triangulares revestidos de azulejo é obra mais recente e, entre as janelas do piso inferior, nas fachadas norte e nascente, estão colocadas sobre mísulas lavradas estátuas de granito representando os reis medievais de Portugal que também se encontram no corpo central, ladeando a entrada. Na fachada sul, virada à Penha e abrindo para um terreiro, depara-se-nos uma organização semelhante, com a horizontalidade interrompida ao centro por um corpo avançado de forma poligonal, já oitocentista, onde se encontra a entrada rematada pelas armas em troféu dos condes de Arrochela.

Os jardins suspensos do solar, já referidos nas Memórias Paroquiais de 1758, desenvolvem-se para Norte e são de três tabuleiros separados por balaústradas com decoração rocaille de pináculos, urnas e estátuas, interrompidas por escadarias de lanços opostos ligando os diferentes níveis. Casas de fresco abrem-se sob as duas escadarias, decoradas no interior com azulejos e fontes adossadas: a primeira, a um

nível mais elevado, tem três aberturas, a central com um arco de volta perfeita, as duas laterais de rampantes, a segunda abre apenas por um vão rectangular, e os três tabuleiros possuem chafarizes com tanques, sendo de duas taças o do primeiro nível. Este conjunto foi cenário para numerosas festividades, a sua disposição em cascata e implantação num nível superior ao da Vila permitiu efeitos de grande espectacularidade no acender de luminárias e queima de fogo de artifício: a festa barroca, privilegiada pelo Senhor de Abadim e Negrelos, teve assim um palco e uma plateia mais vastos do que os anteriormente permitidos pela sua antiga habitação no largo da Misericórdia, abarcando agora toda a vila.

O palácio e quinta de Vila Pouca estiveram na posse dos Carvalhos até 1829, data em que foram vendidos à família Arrochela que, por sua vez, em 1881 os transacionaram pela quantia de 39.500.00 réis com António de Moura Soares Veloso, empreendedor homem de negócios vimarenense e grande fomentador da Companhia de Caminho de Ferro de Bougado a Guimarães, de que foi capitalista, sócio, director e gerente. Aí se realizou, em 1884, a primeira Exposição Industrial de Guimarães, tendo posteriormente o palácio sido adquirido pela família Jordão. Hoje é propriedade da Câmara Municipal de Guimarães.

4. - A REFORMA ROCOCÓ, POMBALINA E NEOCLÁSSICA DA CIDADE (1750 - 1863)

4.1. - CASA LOBO MACHADO

Por escritura lavrada em 1754, o mestre pedreiro Amaro Farto e o pedreiro Vicente Carvalho contrataram com o reverendo Rodrigo de Sousa Lobo, Abade de Santa Comba de Regilde, a construção da frontaria das casas que este possuía na Rua Sapateira. Seguindo traça fornecida pelo abade e de que se desconhece o autor (sendo de ponderar a hipótese do arquitecto bracarense André Soares), vão levantar para o prédio pré-existente um frontispício de profusa decoração rocaille, ficando o conjunto a constituir um exemplo paradigmático do novo tipo de casa-nobre urbana,

implantado em lote de menores dimensões e desenvolvendo-se em altura que, a partir de meados do século XVIII, se vai edificar em Guimarães. Em 1757, a fachada já estava concluída: «...casas grandes que tem a frontaria de pedra labrada e as pessue o Lobo chamado por alcunha o caguetas...» (12).

De planta rectangular tem, no alçado principal com forte sentido ascencional sugerido pelo eixo e frontão centrais, dois pisos e um recuado, o térreo com um grande portal de entrada ladeado por quatro janelas molduradas. No andar nobre rasgam-se cinco janelas de sacada molduradas com varandas gradeadas a ferro sustentadas por mísulas caneladas e coroadas por um jogo alternante de frontões interrompidos por festonadas de volantes e folhagens. Sobre a janela central, de maiores dimensões, estão esculpidas as armas dos Lobos Machado, no tímpano do frontão borromínico aí formado pela cornija do entablamento moldurado e ondulado. Sobre este, ergue-se o recuado, com quatro janelas de sacada, e rematado pelo beiral. Nos cunhais laterais com decoração rocaille, duas grandes gárgulas de pedra escoam as águas da chuva, e no interior, muito transformado, são de destacar no piso térreo o átrio com a sua escadaria de pedra e no andar superior o salão nobre que ocupa toda a largura do edifício.

A casa esteve até ao século XX na posse da família Lobo Machado, que a vendeu à Associação Comercial de Guimarães, estando hoje aí instalada a sede da U.M.A.V.E., e em 1993 sofreu obras de beneficiação na cobertura.

Classificação: I.I.P., Dec. nº 129/77, D.R. 226 de 29 de Setembro de 1977

(12) - A.M.A.P., M.C. 124, Tombo de S. Domingos, fls 186.

4.2. - CASA NOBRES URBANAS DA 2ª METADE DO SÉCULO XVIII (CASA DOS AMARAIS, CASA DOS RIBEIRO DE CARVALHO, CASA DOS MOREIRAS DO VALE, CASA DOS BRAGANÇAS DE CETE E CASA DOS SÁ OSÓRIO).

A partir de meados do século XVIII e devido a uma cada vez maior falta de espaço, à inflação nos valores das propriedades urbanas, uma nova tipologia de casa nobre desenvolve-se no centro urbano de Guimarães. Tendo como seu exemplar mais conhecido a Casa Lobo Machado e antecedente na Casa Valadares de Vasconcelos, existem várias habitações, disseminadas pelas ruas da cidade, que nela se filiam. Ocupam lotes de superfície variável, mas de dimensões mais reduzidas que as dos seus predecessores seiscentistas, os pátios e escadarias exteriores transferiram-se para o interior do piso térreo, enquanto que, gradualmente, devido à sua total integração em frentes urbanas, a grande visibilidade de que disfrutavam nos séculos XVII e início do XVIII se vai esbatendo.

A Casa dos Amarais, no extremo da rua Dr. Avelino Germano, que abre para o largo Condessa do Juncal é, provavelmente, dos fins do século XVIII, inícios do XIX. Com um piso térreo e andar nobre, apresenta ainda decoração de permanência setecentista no portal, e uma certa horizontalidade criada pelo correr de janelas de sacada agrupadas no registo superior, mas a forte marcação barroca de um eixo central tende a diluir-se, para isso contribuindo a inexistência de um vão central nobilitado pela pedra de armas. Esta foi colocada junto à cornija, sobre um intervalo entre o par central de janelas.

Na rua de S. João, frente a S. Domingos, erguem-se lado a lado duas casas armoriadas, mais antiga, de maiores dimensões e espírito rocóco a dos Branco Ribeiro de Carvalho. Foi seu senhor José Bernardes Branco Ribeiro de Carvalho, cavaleiro professo da Ordem de Cristo em 1748 e fidalgo de cota de armas em 1772, que edificou uma habitação digna da sua nova condição. A construção parece ter sido iniciada em 1761, quando José Bernardes Branco comprou «estas cazas e as unio a outras em que fez humas cazas nobres» (13). De notar na fachada os grandes alisares sob as janelas de sacada, descendo até ao piso térreo e às janelas de peitoril aí existentes, os óculos-frontões desenhados pelo prolongamento das molduras sobre elas e, ao centro, o conjunto rocaille do portal, balcão e a grande pedra de armas, assimétrica e concheada. É de notar que as mísulas caneladas e torsas aí existentes e que se repetem no corpo à esquerda, apresentam grandes

semelhanças com as suas congéneres na fachada dos Capuchos, desenhada por António da Cunha Correia do Vale.

Menos decorado, mais pequeno e de uma data mais tardia, é a habitação que lhe fica vizinha em que apenas o jogo de frontões no andar nobre, com a pedra de armas rocaille dos Moreiras do Vale interrompendo o central, destoam da sobriedade das suas linhas tardo-setecentistas.

De decoração rocaille semelhante à da Casa Ribeiro de Carvalho na assimetria dos seus concheados e nos alisares das varandas e organização dos vãos é, na parte superior da rua de Santa Maria, a casa que foi dos Braganças de Cete, edificada, depois de 1750, por Francisco Duarte de Meireles, emigrante no Brasil onde casou, e a quem foi concedida carta de armas, em 1737, por D. João V. De pequenas dimensões e apenas dois pisos, apresenta um grande equilíbrio na fachada com o escudo de armas dos Braganças de Cete ao centro, entre as janelas de sacada agrupadas no andar nobre e sobre o frontão lavrado do portal. Nesta casa viveu, conforme indica a placa aí existente, o arqueólogo Mário Cardoso.

A Casa dos Sá Osório, na rua de Camões, com três pisos, o mesmo número de aberturas em cada sobrado e janelas de sacada no intermédio, passaria facilmente, na sua sobriedade, por uma casa burguesa, ressaltando a pedra de armas no frontão interrompido central do piso superior, junto à cornija. É este o seu único elemento distintivo, tendo sido abandonados no decorrer do processo evolutivo a nobilitação dos eixos centrais, a sua forte marcação e a abundância decorativa ainda presentes nas mais antigas casas deste conjunto.

13- A.M.A.P., MC-124, *Tombo de S. Domingos*, fls 22v^o-23.

4.3. - CASAS NOBRES RURAIS DA 2ª METADE DO SÉCULO XVIII (CASA DO PROPOSTO E CASA DO CANTO)

A Casa do Proposto, pertencente aos Cardoso do Amaral, senhores do Morgado de Paço Nespereira, foi edificada numa zona já rural, perto dos limites da vila. Dela existem notícias desde o século XVI, tendo, depois disso, sofrido uma longa

evolução. A casa, de planta em L, mostra à direita um corpo seiscentista mais antigo, e sofreu acrescentos nos séculos XVIII e XIX, que lhe conferiram, no alçado virado ao terreiro uma irregular disposição em forma de escada.

O corpo setecentista principal, mais baixo, tem no frontispício uma escadaria de lanços opostos que acede ao andar nobre e a uma porta rematada por um frontão interrompido pela pedra de armas assimétrica e concheada, abrigada num frontão formado pela sobrelevação da cornija. Este conjunto rocaille, da segunda metade do século XVIII, é flanqueado por três grandes janelas de peitoril com aventais e, à sua direita, ergue-se outro corpo com dois pisos, mais tardio e mais elevado, com duas janelas de sacada no piso nobre.

A casa é precedida por um terreiro, aberto para a rua de S. Gonçalo por um portal de granito neoclássico. O corpo térreo de serviço, que limita o terreiro na sua margem direita é oitocentista bem assim como a fachada posterior da habitação, com três pisos, frente à qual existe um jardim de buxo setecentista. O primeiro Conde de Arnoso, o escritor e diplomata Bernardo Correia de Melo, secretário de D. Carlos I, nasceu na Casa do Proposto, que ainda hoje está na posse dos Cardoso de Meneses Lobo Machado e Couros, descendentes dos seus proprietários originais e Viscondes de Paço Nespereira..

Como a do Proposto, a Casa do Canto foi construída, na segunda metade do século XVIII, numa zona limite e já rural da Vila, junto da estrada que se dirigia a Amarante, perto do Convento das Capuchas, tendo pertencido a Gonçalo André Lopes de Carvalho e Nápoles, antepassado dos Condes de Vila Pouca.

A habitação, rodeada de jardins e com quinta, foi muito transformado já neste século, conservando porém ainda um belo portal do século XVIII, embora deslocado da sua posição original e colocado na Avenida Velha, aberta no início do século. Tem uma pedra de armas rocaille com heráldica dos Carvalhais, Carvalho e Matos e a sua delicadeza contrasta com a pesada espessura granítica do pórtico, similar a coevas realizações do rócócó bracarense, formando um jogo de cornijas molduradas e almofadados e enrolamentos de volutas rematado por um frontão contra-curvado.

Classificação- Casa do Proposto: V.C., Dec nº 8 /83, D.R. 19 de 24 de Janeiro de 1983

4.4. - IGREJA DOS SANTOS PASSOS

Duarte Sodré, instituidor da Irmandade dos Santos Passos, mandou construir em 1594, no extremo nascente do Campo da Feira e local onde hoje se encontra a actual igreja, uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora da Consolação. No início do século XVIII encontrava-se já arruinada, pelo que decidiu a Irmandade erigir um novo templo, maior e mais rico que o anterior. As obras, porém, foram difíceis e demoradas; em 1767, foram arrematadas pelo galego Pedro Lourenço e, em 1769, houve necessidade de se encomendar uma planta ao arquitecto bracarense André Soares, que viria a falecer nesse mesmo ano.

Em 16 de Outubro de 1785 estava concluído o corpo da igreja que, nesse mesmo ano foi benzido, mas a capela-mor só seria iniciada em 1789, tendo sido utilizada na sua construção pedra das muralhas da Vila que então se começavam a destruir e só nove anos depois, em 1798, foi dada por terminada. Aí trabalharam os mestres pedreiros Diogo Soares e Vicente José Carvalho. Já no século XIX, em 1861, construiu-se a capela lateral do lado direito da ábside, para aí ser venerada a Santa Imagem do Senhor dos Passos e, em 1862, deu-se início às torres sineiras, com projecto do arquitecto portuense Pedro Ferreira, que foram concluídas em 1875. No interior da igreja, o retábulo neoclássico da capela-mor, com pintura a imitar mármore, é da autoria de António José da Cunha e foi executado em 1793. Os quatro retábulos da nave, de autor desconhecido, são de transição entre o rocaille e o neoclássico e neles estão colocados painéis representando cenas da vida de Cristo. Já estavam prontos em 1798, pois nesse ano os pintores vimarenenses Manuel Caetano da Silva e Manuel José Coimbra foram contratados para os pintar e dourar. As sanefas desses altares, dos púlpitos e dos janelões são ainda rocaille, e as imagens do Senhor dos Passos, da Senhora das Dores e da Senhora da Madre de Deus com S. José e o Menino no Berço foram trazidas da Igreja da Madre de Deus em Lisboa a expensas da família real em 1784. De notar ainda no interior do

templo quatorze quadros de origem francesa emoldurados a madre-pérola representando a Via Sacra e a bandeira processional do século XIX pintada por Augusto Roquemont.

A igreja ergue-se numa plataforma elevada e tem planta longitudinal, com capela-mor profunda e nave única de forma rectangular com os cantos arredondados. O frontispício, a que dá acesso uma escadaria de balaústres, é ondulado, revestido a azulejo e desenvolve uma acentuada verticalidade, marcada no eixo central pelo conjunto sobreposto do portal, janela de sacada, entablamento e frontão. Sobre o portal, flanqueado por colunas isentas de fuste cilíndrico liso e capitéis coríntios, abre-se um óculo rocaille, debaixo dos balaústres de granito da balconada e do seu grande janelão, inscrito num paramento de cantaria decorado com festonadas e ladeado por duas janelas de avental molduradas. Todas estas aberturas são coroadas por frontões, sendo os laterais sobrepostos por grinaldas cruzadas. A fachada é rematada acima do entablamento ondulado por um frontão de forma trapezoidal, com os flancos curvos e no tímpano um relógio. Nos acrotérios, erguem-se estátuas de granito representando santos e, ao centro, sobre o relógio, uma grande cruz também de granito, enquanto que nos flancos e em posição ligeiramente recuada se situam as duas esguias torres sineiras oitocentistas. O interior da igreja tem nos quatro cantos curvos da nave portais de granito, dois dos quais servindo como altares, com frontões contracurvados de inspiração borromínica e tímpanos moldurados. Ao centro das costãs da nave susparam-se dois púlpitos, e a iluminação é feita no corpo da igreja através de oito grandes janelões, na capela-mor apenas por quatro. Os tectos desta e do corpo da igreja são decorados com estuques.

Os oratórios com os Passos da Paixão ainda hoje existentes e que faziam parte de um conjunto representando a Via Sacra são em número de cinco e encontram-se dois na Avenida República do Brasil, outro na rua de Santa Maria, ainda outro no largo Martins Sarmiento e, finalmente, um último, reconstruído a nascente do Largo João Franco. Trata-se de pequenas capelas de granito, com portadas de madeira e no interior figuras esculpidas em tamanho natural de madeira policromada, representando cenas da Paixão de Cristo.

Classificação (inclui também os oratórios): I.I.P., dec. nº 4593, D.R. 280 de 30 de Novembro de 1993.

4.5. - CAPELA DE NOSSA SENHORA DA GUIA

Situada primitivamente no interior de uma das torres da muralha, a que a imagem de Nossa Senhora da Guia deu o nome, serviu a Confraria da mesma invocação até 1788, data em que o Cabido obteve uma provisão que o autorizou a demolir a torre. Iniciou-se então, e no local onde actualmente se encontra, a construção de uma nova capela que foi aberta ao culto em 1793. O templo, porém, não estava ainda concluído, estando apenas pronta a capela-mor, e nesse mesmo ano as obras vão parar, tendo sido a frente da capela entaipada com uma cobertura de madeira. Só em 1855, por decisão da Irmandade, se rematou a fachada com uma parede de pedra onde se rasgou uma porta, um óculo redondo e se construíram os cunhais e cornijas de cantaria de granito e a sineira, ficando a capela com o aspecto que hoje apresenta.

No pequeno edifício, de planta rectangular, ainda se podem ver embebidas no frontispício as pilastras e o arco de volta redonda que abriam a capela mor, a qual passou, depois das obras por aí se terem ficado no século XVIII, a constituir a totalidade do templo. No interior pode-se ver um retábulo do século XVII, de estilo nacional. Com os seus característicos arcos concêntricos de volta perfeita, é atribuível a Pedro Coelho.

4.6. - CAPELA E HOSPITAL DA ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO

Em 1743 o galego Silvestre da Grana contratou com a Ordem Terceira de S. Francisco a construção da sacristia, ante-sacristia e toda a capela-mor do templo

situado junto da igreja do convento do mesmo nome. Com a habitual planta longitudinal e nave e capela-mor rectangulares, tem no frontispício revestido a azulejos azuis e brancos oitocentistas um pórtico rocaille, coroado por um frontão curvo interrompido e urnas nos flancos, sobre o qual se abriu um janelão moldurado. No remate, também em frontão curvo interrompido, rasga-se no tímpano um nicho muito decorado com a imagem da rainha Santa Isabel, e o conjunto é coroado nos flancos por pináculo espiralados e ao centro por uma cruz de granito. Na fachada lateral, voltada à igreja de S. Francisco, abre-se também um pórtico lavrado, rematado por uma urna ao centro, com ao seu lado esquerdo um janelão de avental, moldurado e guarnecido com vieiras.

No interior do templo, o retábulo da capela-mor, branco e dourado, foi executado em 1782 por José António da Cunha e é já neoclássico, apresentando apenas decoração rocaille no remate. Os dois altares laterais mostram imagens da Virgem das Dores e do Coração de Maria, aí colocadas quando da restauração levada a cabo no século XIX pelo comendador Cristóvão José Fernandes e Silva e que se deu por concluída em 1880.

O edifício do Hospital, cuja ideia inicial data de 1792, arrancou em 1815, tendo em 1839 a Ordem comprado casas para o seu acréscimo na Rua de S. Francisco. As obras, porém, prolongaram-se até 1877, data em que, finalmente, foi dado por concluído. Corre para poente da templo, é de planta rectangular com um pátio claustrado ao centro, e a sua fachada ainda ao gosto barroco é revestida com os mesmos azulejos azuis e brancos oitocentistas do frontispício da capela. Tem dois pisos com janelas de peitoril no piso térreo e no andar nobre janelas de sacada com varandas de avental gradeadas e jogo alternante de frontões com os tímpanos vazados. A fachada é rematada por uma platibanda de balaústres e ao centro um ático com as armas da Ordem. No interior, existe uma rica galeria de retratos de Irmãos e benfeitores da Ordem, alguns dos quais da autoria de Augusto Roquemont.

4.7 - CAPELA E HOSPITAL DA ORDEM TERCEIRA DE S. DOMINGOS

Fundada em 1748, só em 1791 Pedro Lourenço, galego residente em Guimarães e seguindo risco do entalhador José António da Cunha, contratou a conclusão e construção da frontaria da capela, situada na então chamada Rua dos Gatos, hoje D. João I, junto à igreja do convento de S. Domingos.

De planta longitudinal, com nave única e capela-mor rectangulares, tem na fachada principal rocaille um pórtico com as armas de S. Domingos, e sobre o espesso jogo de pilastras laterais e os arranques ondulantes do frontão, dois anjos saúdam com palmas a imagem de Santa Catarina da Silva colocada num nicho central ladeado por dois janelões moldurados. O frontispício é rematado acima do entablamento por um frontão contracurvado, com decoração de festonadas e volutas no tímpano, urnas e uma cruz nos acrotérios. Na fachada nascente abre-se também um pórtico de gosto rocaille, com uma urna no frontão interrompido e sobre este um janelão moldurado.

No interior, a capela tem, na nave e do lado do Evangelho, altares dedicados à Coroação de Maria e a Santo Afonso Maria Ligório, e do lado da Epístola Nossa Senhora das Dores e Santa Bárbara. Estes altares possuem retábulos com talha da transição do rocaille para o neoclássico e, na capela-mor, iluminada por uma clarabóia rasgada na abóboda, o retábulo-mor, com imagens de S. Domingos e Santa Catarina de Siena, é da primeira metade do século XIX, neoclássico e pintado a branco e ouro.

O edifício do Hospital, que corre à esquerda da capela, teve a sua primeira pedra lançada a 26 de Outubro de 1836, seguindo um projecto oferecido pelo Irmão António José Pinto da Fonseca, estando as obras concluídas em 1850. De planta rectangular, apresenta no seu frontispício voltado para a Rua D. João I dois pisos e três corpos separados por pilastras, em que as janelas de sacada do andar nobre muito decoradas seguem ainda um gosto setecentista, contrariado pela pouca distância entre vãos e o remate do corpo central em frontão neoclássico que separa os dois lanços laterais da balaústrada superior.

4.8. - CASAS NOBRES URBANAS DA TRANSIÇÃO DOS SÉCS. XVIII - XIX (CASA DOS CONDE DE MARGARIDE, CASA DOS FREITAS DO AMARAL E CASA DAS HORTAS).

Este conjunto apresenta características diferentes entre si, sintomáticas de tensões existentes entre permanências assumidas e o despontar de novas tipologias, numa época charneira e de grandes transformações urbanísticas em Guimarães. Todas elas, contudo, pela sua implantação, são casas nobres urbanas e datam dos finais do século XVIII, princípios do XIX.

A Casa do Carmo, dos Condes de Margaride, na antiga rua do Poço que levava à Vila do Castelo, situava-se numa zona deprimida da povoação, em processo de ruralização desde o século XV, e aí existiram outras casas nobres, algumas delas entretanto demolidas. Tal facto, e o de ser originária de modificações efectuadas numa habitação seiscentista, podem explicar as suas grandes dimensões e a horizontalidade da fachada virada ao largo Martins Sarmento. Para além das semelhanças estruturais com modelos anteriores, como a Casa do Toural, notam-se algumas disparidades, sendo a mais óbvia a existência aqui de um terceiro piso, construído em data posterior sobre o andar nobre, facto que é recorrente em Guimarães. Apresenta ainda, a nível decorativo, uma maior sobriedade, com a ausência de frontões sobre as janelas de sacada, e a central apenas nobilitada pela pedra de armas setecentista com heráldica dos Macedos Cardoso. Este alheamento decorativo, a existência do terceiro piso, as bandeiras de algumas janelas com caixilharia radial, contribuem para dar a esta casa nobre, em que se hospedaram, quando das suas visitas a Guimarães os reis D Luis, D. Carlos, e D. Manuel II um ambiente já oitocentista.

A Casa Freitas do Amaral, no extremo Sul do Toural, organiza-se de forma diferente, desenvolvendo-se sobretudo em altura, com grande pé-direito, dois pisos, e um recuado. Neste, com as duas janelas de sacada e varandas gradeadas nos flancos, cita a Casa Lobo Machado, assim como no entablamento, moldurado e formando ao centro um frontão semi-circular em cujo tímpano se expõe a pedra de armas. Segue, porém, um gosto já neoclássico nos gradeamentos, nas bandeiras

das janelas, na decoração das portadas de madeira do piso térreo e na sobriedade das moldurações dos vãos e frontões, devendo datar do início do século XIX.

Finalmente, a Casa das Hortas, também de transição entre os séculos XVIII e XIX, edificada no sítio chamado das Hortas, nos limites da área urbana da Vila, mostra elementos rocaille e outros já neoclássicos. Pertenceu à família de João Baptista Felgueiras, que foi procurador geral da Coroa nos finais do primeiro quartel do século XIX e, mais tarde, de Mariano Felgueiras, presidente da Câmara de Guimarães.

De planta rectangular e grandes dimensões, apresenta no frontispício, e acentuando a sua horizontalidade, fenestração moldurada com cantaria rusticada e silhares almofadados no fecho. As aberturas dividem-se por três níveis, o térreo, a sobreloja e o andar nobre. Neste último são de sacada e, no centro da fachada, a horizontalidade é cortada por um eixo central, nobilitado e fortemente marcado verticalmente pelo conjunto do pórtico inferior, com decoração rocaille de volutas e no fecho da pardieira uma mísula canelada, e a balconada que sobre ele se abre, coroada por um frontão curvo invertido e interrompido por silhares almofadados e moldurados, tudo rematado, já na cornija, por uma vieira assimetricamente rocóco. Nas fachadas laterais mantém-se a mesma disposição, ressaltando o eixo central nobilitado que só ocorre no frontispício, e no cunhal do lado direito, a dois terços da altura, pende uma pedra de armas picada também rocaille. O jardim com o gradeamento que se encontram à sua frente são já deste século, resultado da abertura da Av^a Dr. José Sampaio. Quando foi construída, a fachada do casa abria directamente para a rua, acentuando o seu carácter urbano e o traçado ligeiramente diferente da artéria actual, obrigou para efeitos de alinhamento, à existência do jardim.

4.9. - CASAS NOBRES RURAIS DA TRANSIÇÃO DOS SÉCS. XVIII - XIX (CASA DE VILA POUCA E CASA DO COSTEADO).

Apresentam estes dois edifícios, na sua maior parte dos fins do século XVIII e inícios do século XIX, diversos pontos de contacto para além daqueles que se relacionam com as suas características formais. Ambos estão situados em zonas já rurais, o que lhes permite serem cercados de grandes jardins e propriedades agrícolas, numa encosta a nascente de Guimarães o de Vila Pouca, numa depressão a SO o do Costeado e, para além disso, partilham origens mais remotas do que as sugeridas pelas suas edificações actuais.

A Quinta de Vila Pouca foi primeiramente vinculada no século XVII por Diogo Machado, na encosta do monte de Santa Catarina, junto ao Convento das Capuchas e na área posterior da então capela de Nossa Senhora da Consolação, hoje Igreja dos Santos Passos. Em 1706, na sua Corografia, o padre Carvalho da Costa refere já a «magestade das suas casas», e os «bosques, fontes, prados e jardim» que possuía. O edifício hoje existente, é porém, já dos finais do século XVIII e inícios do XIX, com planta em «L» e alguns acrescentos posteriores, efectuados neste século, quando da sua adaptação ao colégio que aí hoje funciona. Antes disso, foi pertença dos Condes de Vila Pouca e palco importante para vários episódios das lutas liberais na primeira metade do século XIX. Rodeado por jardins e uma propriedade agrícola, é de notar, sobretudo, a sua fachada voltada a NO, com as janelas de sacada do andar nobre guarnecidas de varandas gradeadas e encimadas por óculos elípticos cegos, sobre o qual se levantou um piso-mansarda de taipa, com janelas de peitoril e beirais curvos nas extremas. Frente ao piso térreo corre uma varanda de balaústres de granito, na qual se abre ao centro o patamar da escadaria também balaústrada e de lanços afrontados, que desce até ao jardim em tabuleiro suspenso no nível inferior. Aí, sob o patamar, e face ao espelho de água circular central para onde convergem os geométricos canteiros de buxo, abre-se a casa de fresco com uma fonte de inspiração italiana e figuras mitológicas esculpidas. Todo o conjunto das balaústradas e pilares possui abundante decoração rocaille, sendo, juntamente com o jardim, de uma data já avançada do século XVIII. Na extremidade da fachada voltada a SE, frente á qual se situa um outro jardim bastante posterior, foi construído um grande pórtico, com três arcos de volta perfeita, dois dos quais abrem no seu interior para a escadaria de lanço único e lambril de azulejos que dá acesso ao andar

nobre, o terceiro, inacabado, para a zona da serviço da habitação. Até todo este conjunto ascende uma grande escadaria de pedra, que arranca do extremo Leste do antigo Campo da Feira, junto à Igreja dos Santos Passos

Aparecem-nos as primeiras referências documentais ao «Casal do Costiago», na freguesia de Creixomil, em 1582, estando então na posse de Lucrecia Camelo e, já no século XVII, existe menção do «Costiago que he junto da Cruz de pedra, arrebalde desta villa».

A propriedade vai cair depois, por casamento, na posse dos Lobatos Palhares, oriundos da Vila de Monção, até que, no início do século XIX, Ana Peregrina Freire de Andrade Coelho de Bento de Palhares contraiu matrimónio com António de Nápoles Vaz Vieira de Melo e Alvim, filho segundo da Casa do Toural, futuro Barão do Costeado falecido em 1857.

Passada a Cruz de Pedra, e ultrapassado o grande portão de ferro forjado rematado pelo sinete do Barão do Costeado, desce-se por uma alameda ladeada de árvores até ao terreiro que se abre frente à habitação, limitada à direita por um celeiro perpendicular à fachada principal, no extremo do qual se ergue a residência original, de planta quadrangular e dois pisos, datável dos finais do século XVI.

O edifício, de planta rectangular, foi iniciado nos finais do século XVIII, tendo-se então aberto os alicerces, mas o grosso dos trabalhos, como acontece em Vila Pouca, efectuaram-se no século XIX. A fachada denota-o, com os seus três pisos seguindo um gosto neoclássico, sendo de notar as caixilharias raiadas nas bandeiras das janelas de sacada do andar nobre sobre as quais correm óculos elípticos cegos. No último piso e sobre os óculos, uma varanda corrida gradeada para onde abrem mais janelas de sacada, e na extrema esquerda, antecedendo o remate curvo com uma urna aí formado pelo beiral, uma única janela de peitoril. Para a direita da fachada, e oculta pelo corpo avançado que lhe é perpendicular, ergue-se uma ala mais baixa, sobre a qual existia uma construção de tabique destruída no incêndio ocorrido em 1948, em substituição de um corpo simétrico ao existente, que para essa zona estava projectado e que nunca foi levantado.

Nas trazeiras da casa crescem jardins de buxo com os seus canteiros geometricamente dispostos e na encosta para sul, um outro, de gosto romântico, foi

criado pela «menina do Costeado», sobrinha do Barão e sua herdeira misteriosamente assassinada em 1841.

4.10. - IGREJA DE S. PEDRO

A Irmandade de S. Pedro existia em 1616 na capela de S. João Baptista, no claustro da Colegiada. O retábulo maneirista hoje exposto no Museu Alberto Sampaio pertenceu a essa capela e data de à volta de 1617- 1618. Dele provavelmente foi retirada a figura de S. Pedro que hoje se encontra na sacrista da igreja do santo da mesma invocação no Toural. As obras deste templo foram iniciadas pela Irmandade em 1737 e em 1750, a 11 de Novembro, foi benzida a capela-mor. Por várias razões, entre as quais a ausência inicial de um plano que depois se vai tornar demasiado ambicioso, os trabalhos prolongaram-se até 1824, data em que foram suspensos, não sem que antes, em 1808, o templo tenha sido profanado pelos invasores franceses que o usaram como estabularia. As obras foram depois reiniciadas em 1880, data em que se aprovou uma nova planta proposta pela mesa da Irmandade e, já no século XX foi, a expensas da Câmara, colocado o relógio na sineira. O templo foi elevado ainda no século XIX à categoria de basilical por indulto da Santa Sé, tendo a tiara pontifícia sido colocada em 1883 sobre o brasão no tímpano do frontão e a cruz pontifical em 1884.

A planta da igreja é longitudinal, com capela mor e nave única rectangulares, tendo esta junto ao cruzeiro os cantos cortados e arredondados. A fachada, tem no nível inferior uma galilé a que se acede por uma escadaria com três arcos de volta perfeita e sobre eles corre uma varanda de balaústres para onde abrem três janelas de sacada. Duas pilastras ladeiam este conjunto, sustentando o entablamento dórico sobre o qual assenta o frontão triangular com um escudo no tímpano e, no remate, a cruz pontifical de três braços. À esquerda ergue-se a torre sineira, com um pináculo de granito na cúpula, antecedida por um jogo de cornijas molduradas entre as quais se colocou o relógio.

Na galilé, abre-se à direita uma capela da invocação de Santa Filomena, e no interior do templo encontram-se na nave e do lado do Evangelho, altares dedicados ao Pontífice S. Pedro e a Nossa Senhora das Dores, do lado da Epístola da invocação do Senhor da Agonia e Nossa Senhora. Na capela mor, separada das nave por um arco cruzeiro de volta perfeita assentando sobre pesadas pilastras coríntias, destaca-se o grande retábulo de talha azul e dourado, que, como os retábulos da nave revela o gosto eclético dos finais do século XIX. A iluminação é feita, no corpo da igreja, por quatro janeões rasgados nas paredes laterais e duas aberturas sobre o arranque da abóboda junto ao arco cruzeiro. Este mesmo sistema ilumina a capela-mor, com quatro aberturas nos flancos da abóboda. Os tectos de toda a igreja são cobertos por estuques decorados, e na sacristia, para além da já referida imagem maneirista de S. Pedro, são de notar três telas de autor desconhecido, representando S. Pedro, S. Paulo e S. João Baptista e datáveis da primeira metade do século XIX

4.11. - CASAS RURAIS DA 1ª METADE DO SÉC. XIX (CASA DOS LINDOSOS E CASA DO LARGO DE Sta. LUZIA).

As duas ruas dos Canos, de origem medieval, entroncavam a Norte do Castelo nas vias que conduziam à Póvoa de Lanhoso e região de Basto, sendo por isso das mais movimentadas do burgo, e urbanizadas desde essa época. Aí se situa, na antiga rua do Cano de Baixo, hoje marginando o Campo de S. Mamede, a casa dos Marqueses de Lindoso. Datando o actual edifício da primeira metade do século XIX, mostra um tipo de planta e organização de alçados que denotam a permanência do gosto seiscentista e a sua implantação numa zona limite da povoação, permite a existência, na sua zona posterior, de grandes espaços verdes e propriedades rurais.

A casa, de planta rectangular, apresenta na sua fachada virada para a rua dois pisos, com janelas de peitoril no térreo, e no andar nobre, rasgadas sobre estas, quatro janelas de sacada com varandas gradeadas. No extremo norte da fachada

sobressaem os arranques de pedra da sua provável e nunca realizada continuação nessa direcção, que também também é demonstrada pela ausência do cunhal de cantaria.

A sul da fachada abre-se o pórtico neoclássico que dá acesso ao pequeno terreiro. Tem os umbrais rusticados sustentando o belo rendilhado de ferro do portão, sendo o conjunto rematado pela pedra com as armas dos Marqueses de Lindoso, na 1ª esquadrelada Silva, Peixoto, Almeida e Macedo, na 2ª, partida, Carvalhal e Leite Pereira, flanqueada por duas urnas. Ainda para sul e à face da rua, erguem-se as antigas estrebarias da casa, com os cunhais rusticados e, ao centro, uma porta com molduras também rusticadas, sob um pequeno frontão triangular desenhado pela sobreelevação da empena, em cujo tímpano se rasgou um óculo elíptico.

Junto da capela com origem medieval de Santa Luzia, na saída para a estrada de Braga, antiga via romana, encontra-se a casa oitocentista onde está actualmente instalado o C.A.R. Como a Casa dos Lindosos, foi edificado com a sua fachada principal faceando a rua, e como ele tem nas trazeiras jardins e propriedades rurais, facto permitido pela sua implantação numa zona de transição.

O edifício tem planta rectangular regular e dois pisos, no térreo com várias lojas e a entrada principal abertas directamente para a rua. No andar nobre, rasgam-se janelas de sacada com varandas gradeadas, a central ligeiramente marcada por um ressalto, Imbrança de precedentes frontões, e a varanda ondulada, e o conjunto é de grande sobriedade, reagindo a um anterior período de ostentação decorativa e, como no caso do Casa dos marqueses de Lindoso, privilegiando uma sobriedade de tipo seiscentista.

5 - A EXPANSÃO ECLECTICISTA E INDUSTRIAL DA CIDADE

(1863 - 1926)

5.1. - FÁBRICAS DE CURTUMES DO RIO DE COUROS

Desde o século XII que se refere a existência de cortumes em Guimarães, e, em 1315, quando dois sapateiros, Pedro Bahião e João Baptista fundam a capela do Anjo da Guarda e S. Crispim na rua Sapateira, vincularam-lhe um pelama no rio de Couros. A designação de «pelames» aplicava-se a cavidades, situadas junto a cursos de água, onde se curtiavam as peles, e a própria designação de Couros, desde a Idade Média dada ao rio e a toda uma zona em volta dele que incluía uma também denominada rua de Couros, são elucidativas da sua importância industrial .

Já no século XIX, sobretudo a partir da sua segunda metade, com a Regeneração, o clima de pacificação por ela criado, e a política de desenvolvimento fontista, verifica-se um grande surto industrial em Guimarães e na sua zona limítrofe, a que a tradicional indústria de cortumes não ficou indiferente. Data dessa época o conjunto de fábricas ainda hoje existente na zona de Couros junto ao rio do mesmo nome São unidades industriais de um só piso, nalguns casos r/c e primeiro, construídas em granito com poucas aberturas exteriores, possuindo sequeiros de madeira disposta em ripas que permitem a circulação do ar para a secagem dos cortumes, e, de uma maneira geral, dispondo-se organicamente em torno de pátios. Junto da fábrica, situavam-se, como era uso no século XIX, as habitações dos proprietários. A maior delas, ainda hoje existente, pertenceu ao comendador Cristóvão José Fernandes da Silva, «o cidade», figura importante de empresário e benemérito da Guimarães oitocentista a quem se deve, em grande parte, o restauro da capela e a edificação do hospital da Ordem Terceira de S. Francisco.

Em 1980, uma comissão constituída por representantes da Secretaria de Estado da Cultura, da Câmara Municipal de Guimarães e da Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos e Ambiente, na sequência da classificação da área de Couros como Imóvel de Interesse Público em 1977, propôs a revisão do Plano de Pormenor da Zona, e recomendou que o Plano Director da Cidade então em elaboração vinculasse a zona das fábricas e a sua envolvente como «de interesse a preservar». Foi também sugerida a criação aí de um «núcleo cultural» compreendendo um Museu de Indústria, um Auditório e um Teatro, instalações para funcionamento de grupos culturais e uma Escola de Música. Propôs-se também a instalação de oficinas artesanais para tecedeiras, marceneiros, sapateiros, ferreiros, latoeiros, etc.

e, entre outras medidas, a classificação da zona como «área crítica de recuperação e reconversão urbanística».

Classificação: I.I.P.Desp. de Julho de 1977.

5.2. - MERCADO MUNICIPAL

É da autoria do arquitecto Marques da Silva, e situa-se junto a uma outra obra do mestre portuense, a sociedade Martins Sarmiento, na mesma rua de Paio Galvão e no gaveto por ela formado com a Av^a Conde de Margaride. Na planta da cidade de 1863 aparece-nos já essa área bem defenida, sendo então conhecida por Praça do Mercado. Funcionava como mercado de levante, misto de mercado e feira e correspondia a uma necessidade de concentrar e disciplinar os diversos pontos de venda existentes na povoação, sem localização certa, e deambulando ao gosto dos tempos e das diferentes vereações pela zona compreendida entre o Toural, o Terreiro da Misericórdia e o Campo da Feira.

Em 1926, a Câmara encomendou a Marques da Silva um projecto para o novo mercado a construir nesse espaço, projecto esse que o arquitecto apresentou em Fevereiro de 1927. Em Outubro de 1930, a obra de pedreiro foi arrematada a Leite Guimarães e a direcção dos trabalhos, com a morte do arquitecto em 1947, foi prosseguida pela sua filha e genro, Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva, que introduziram, sobretudo ao nível das coberturas, várias alterações ao projecto inicial.

Quase totalmente construído em betão armado, e com forte influência das Artes Decorativas, o novo mercado respeitou na sua implantação o espaço rectangular pré-existente a um nível mais baixo, delimitando-o com três corpos horizontais pouco elevados. Nos dois voltados para a rua abrem-se para o exterior lojas com porta, uma montra e marquises de betão, somente interrompidas pelas entradas do mercado e, no seu interior, corre uma galeria, que a norte e nas extremas tem duas escadarias

que descem ao nível inferior e principal do mercado, onde se dispõem as bancas dos vendedores e zonas de armazenagem. Nos ângulos, os torreões poligonais são falanqueados com portas coroadas por escudos entre gigantes facetados de granito polido e, na sua parte superior, rematam-se por corpos sobrepostos de base octogonal, em que assentam tambores circulares; entre as vigas sobre eles, colocaram-se os relógios protegidos por palas horizontais semi-circulares. Aberta para a rua Paio Galvão e ao centro da ala que aí corre, a entrada principal é semelhante, noutra escala, às existentes junto dos torreões de ângulo. Também flanqueada por gigantes facetados de granito polido tem no tímpano do frontão ressaltado e chanfrado, um escudo com as armas da cidade interrompendo um friso, sobre o qual, e no remate rectangular sobrelevado, estão colocados os suportes da bandeira.

Com a existência de duas zonas reservadas à venda, uma fechada e para comércio permanente nas lojas abertas para a rua, outra aberta ao centro e zona do mercado propriamente dita, ficou o conjunto a constituir um compromisso entre os mercados de levante e os futuros mercados fechados.

5.3. - SOCIEDADE MARTINS SARMENTO

Em 1882 foram aprovados os estatutos da Sociedade Martins Sarmento, que logo procura um local apropriado para a instalação das suas colecções. Com a cedência, à sociedade do convento de S. Domingos em 1888, obras de adaptação foram efectuadas no claustro, segundo projecto do sócio honorário Inácio Teixeira de Meneses, e a galeria então construída inaugurou-se em 1895.

Impunha-se, porém, a construção de um novo edifício sede para a sociedade, e em 1899, o arquitecto portuense Marques da Silva encarregou-se da elaboração do projecto, que ficou concluído em 1899. Em 1900 foi lançada a primeira pedra do imóvel, situado na então recentemente aberta rua de Paio Galvão, ligando o Toural à Praça do Mercado

Em 9 de Março de 1907 foi inaugurado o salão nobre, embora esta primeira fase das obras não estivesse ainda concluída, o que só se viria a verificar em 1908. Uma segunda fase dos trabalhos iniciou-se, em 1934, com a construção de um novo corpo, também da autoria de Marques da Silva, e as obras, interrompidas em 1943, só serão completadas depois do falecimento do arquitecto em 1947.

O edifício é de planta rectangular, edificado no seu corpo mais antigo segundo um estilo neo-românico, em voga em Portugal nos finais do século XIX e inícios do século XX, ou mais precisamente, romano-bizantino, referenciável no então divulgado exemplo francês do Sacré Coeur de Paris (1876). Não esqueceu, porém, as matrizes nacionais, aqui presentes na citação dos vãos da sala do capítulo do claustro da Colegiada

Construído em cantaria de granito, o edifício tem dois pisos na fachada principal virada para a rua, com o portal central e as duas frestas que o flanqueiam com arcos de volta perfeita, interrompendo a cornija que corre em toda a sua volta limitando o embasamento, sobre a qual se abrem dois conjuntos de três janelas cada um, trilobadas e sustentadas por colunelos cilíndricos com capitéis lavrados. No andar nobre, três grandes arcos de volta perfeita, o do meio rasgado sobre o pórtico de entrada, sustentados por colunas cilíndricas e capitéis decorados com impostas molduradas, abrigam grandes nichos precedidos por balaustradas. Em cada um deles inscrevem-se três arcadas sobreelevadas, a central mais alta, que iluminam o interior do edifício, e todos apresentam pinturas polícromas da autoria de Abel Cardoso. Sobre o andar nobre corre o complexo e espesso entablamento com cachorrada junto à cornija, interrompido por quatro medalhões lanceolados entre mísulas que escondem as gárgulas para escoamento das águas pluviais. Sob os medalhões, e relevadas no granito, escreveram-se as legendas: «Ciências», «Letras», «Artes» e «Indústria». Todo este esquema decorativo do frontispício ocorre também na fachada lateral norte, com excepção do portão, aí inexistente e, no andar nobre, as arcadas sobreelevadas que avançaram no nicho aproximando-se do nível da parede, não existindo aí por conseguinte quaisquer pinturas.

O corpo poente do edifício, de construção posterior, apresenta uma linguagem formal de um quase total despojamento decorativo, lembrando apenas a fachada

principal nos cachorros denticulados que sustentam o beiral e a cornija separando os dois pisos rasgados por vãos rectilíneos, prolongamento da existente no corpo neo-românico, que segundo José Augusto França, «...nunca...teve aplicação mais coerente em Portugal, ao nível laico...».

5.4. - CASA MARTINS SARMENTO

Mandada construir em meados do século XIX pelo arqueólogo e etnólogo Martins Sarmiento, que aí viria a residir até à data do seu falecimento em 1899, é exemplar notável da nova tipologia do palacete urbano que se vai desenvolver em Portugal a partir da primeira metade de oitocentos.

Situada no Largo Martins Sarmiento, anterior Largo do Carmo e mais remotamente ainda Rua do Poço, é de planta rectangular, disposta paralelamente à rua, e antes da abertura da Av^a Serpa Pinto, possuía no seu flanco sul um corpo térreo, possivelmente um jardim de Inverno que, por necessidade da construção dessa artéria, foi destruído. Apresenta na fachada principal, virada a nascente, três corpos verticais, separados por pilastras, o corpo central rematado por um frontão triangular vazado no tímpano por um óculo circular festonado, interrompendo uma platibanda de granito que esconde a cobertura do edifício. No piso térreo e neste corpo central rasgam-se três portais com arcos redondos e mísulas nas chaves, flanqueados nos laterais por janelas de peitoril e vergas abatidas. O andar nobre é marcado horizontalmente por fenestração composta por janelas de sacada molduradas, também com arcos redondos e mísulas nos fechos e apresentando varandas gradeadas nas quatro laterais e ao centro uma única varanda corrida com seis aberturas. O número destes vãos, o seu alongamento, e, no corpo central, os reduzidos intervalos existentes entre eles, denotam já a ultrapassagem dos cânones neoclássicos e a afirmação de um novo gosto romântico. No piso superior abrem-se cinco janelas de peitoril e, entre elas, encontra-se uma placa comemorativa de

Francisco Martins Sarmiento. A Casa viria a funcionar, já no século XX e durante alguns anos, como Câmara Municipal.

5.5. - CASA DO BARÃO DE POMBEIRO

Frequentemente sucede um interessante fenómeno de duplicação em zonas urbanas, consistindo na construção, junto de edifícios que pelo seu carácter monumental e ou importância histórica constituem marcos na cidade, de réplicas apresentando variados tipos de aproximação ao modelo original.

É este o caso deste palacete, erguido já neste século, na então recentemente aberta rua Sidónio Pais e junto aos paços dos Duques. Tentando reproduzir, em menor escala, a imponência destes, os seus construtores, membros de uma das famílias da aristocracia vimarense, edificaram-no seguindo um gosto revivalista de referências medievais, mas que recorre também a elementos repescados noutras épocas. Tem planta em «U», dois pisos, cobertura com telhados de tesoura e as janelas de mitra molduradas, sendo geminadas as abertas nas duas faces extremas do «U» viradas para o Largo Martins Sarmiento. Os cunhais e os umbrais dos vãos são rusticados e a platibanda possui merlões em toda a sua extensão, podendo-se afirmar que o resultado final, ainda que nas chaminés e nas coberturas fazendo lembrar o paço, apresenta sobretudo analogias com o quinhentista estilo Tudor inglês.

PORTO, JANEIRO DE 1997